



**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026**  
(Processo Administrativo nº 12204/2026)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a) **Erivana Braga de Souza**, designado(a) pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é executada pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA ESPORTE CIDADÃO 2 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, JUVENTUDE E ESPORTE DESTE MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

**1.1 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 16/04/2026, às 09h

**1.2 LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO:** <https://www.licitanet.com.br/>

**1.3 OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

**1.4** Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

## **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

## **3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

### **3.6 Não poderão disputar esta licitação:**

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades nos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no presente pregão.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

#### 4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## 5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.



5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

**5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.**

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

**5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.**

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

**6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.**

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.7.1 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem.

6.13 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS**

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

## **7.7. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.7.1.** Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, em consonância com os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

**7.7.2.** Considerando que os lotes abaixo relacionados possuem valor estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fica estabelecida participação exclusiva de ME e EPP para os seguintes lotes:

- a) Lote nº. 05 – Jogos de cartas e tabuleiro;
- b) Lote nº. 07 – Atletismo;





- c) Lote nº. 09 – Natação;
- d) Lote nº. 14 – Wind Banner.

**7.7.3.** A delimitação observa o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, visando ampliar a competitividade, fomentar o desenvolvimento econômico local e regional e assegurar maior participação de pequenos fornecedores, sem prejuízo da vantajosidade da contratação.

**7.7.4.** Na hipótese de não acudirem interessados enquadrados como ME ou EPP, ou caso as propostas apresentadas não se mostrem vantajosas para a Administração, os respectivos lotes poderão ser submetidos à ampla concorrência, nos termos da legislação aplicável.

**7.7.5.** A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada na forma da legislação vigente, conforme exigências a serem previstas no instrumento convocatório.

**7.7.6. OS LOTES 01, 02, 03, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18 E 19 (COTAS PRINCIPAIS)** são destinados à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

## 8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

## 9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2.A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência ao Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação).

**9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.**



## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.4. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.5. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.6. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.8 Deverá apresentar marca do produto cotado.

### 10.1.9 DA AMOSTRA

10.1.9.1 AMOSTRA dos itens, em conformidade com a proposta e atendendo as exigências e especificações constantes neste termo, que deve ser entregue em até 05 (cinco) dias contados a partir da data da convocação do(a) pregoeiro(a) responsável, no Almoxarifado Central (localizada na Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, nº. 756, Bairro Parque Jockey Club, CEP nº. 42.701-250, Lauro de Freitas - BA), em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 17:00 horas e a mesma será submetida à análise de rotulagem e comparação entre a especificação do edital e embalagem pela Secretaria de Administração, que emitirá Relatório Técnico no prazo de até 05 (cinco) dias úteis à Comissão de Licitação, contados a partir da chegada das amostras no setor.

10.1.9.2. As amostras deverão ser apresentadas respeitando a tabela de medidas, com etiqueta informando o nome do fabricante e a composição técnica do produto, de acordo com as especificações contida no Termo de Referência. Os laudos técnicos serão solicitados conforme lista abaixo:

- LOTE 01 – ITENS 01, 02, 03 e 04;

- LOTE 02 – ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12.

### APRESENTAR TODOS OS LAUDOS DAS MALHAS ABAIXO

LAUDOS TECIDO 91,5% POLIESTER 8,5% ELASTANO			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	Poliéster 91,5% Elastano 8,5%	± 5 %
Gramatura	NBR 10591:2008	165 g/m2	± 5 %
Espessura	NBR 13371:2005	0,40	± 5 %
Estrutura	NBR 13462:1995	Meia Malha com elastano	Não se aplica
Densidade (Nº de cursos e colunas por unidade de comprimento)	NBR 12060:1991	Cursos = 41/cm Colunas = 22/cm	± 1/cm ± 1/cm
Determinação Proteção UV	AS/NZS 4399:2017	50+ UPF	Minima
Torção	AATCC 179:2019	0,55 %	± 5 %
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Alteração: 4 Migração: 4	Mínima



Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 5 Suor Ácido: Alteração: 5 Suor Alcalino: Migração: 5 Suor Alcalino: Alteração: 5	Mínima
Título do Fio	NBR 13216:1994	64,00 Ne	± 5 %
Resistencia ao Estouro	NBR ISO 13384:1995	10,00 kgf/cm <sup>2</sup>	± 5 %
Solidez da cor à Lavagem Doméstica	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Solidez da cor à Fricção	NBR ISO 105 X12:2019	Úmido: 4,5 Seco: 4,5	Mínima
Resistência à Formação do Pilling	ISO 12945-2:2000	Nota 5, obtida após 5000 ciclos	Mínima
LAUDOS RIBANA: GOLA E PUNHOS			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	44% Acrílico 33% Poliéster 23% Algodão	± 3 %
Gramatura	NBR 10591:2008	470 g/m <sup>2</sup>	± 5 %
Densidade	ABNT NBR 12060:1991	Cursos: 11cm Colunas: 6cm	± 1cm
Espessura	NBR 13371:2005	1,40 mm	± 0,05 mm
Alteração dimensional	NBR 10320:1988	Largura: +- 1,58 Comprimento: +- 3,4	± 5 %
Título do fio	NBR 13216:1994	Fio Azul: 33 Fio Branco: 28	Mínima
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Migração: 5 Alteração: 5	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Migração: 4 Alteração: 4 Migração: 4 Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 105-X11:2018	Migração: 4 Alteração: 4 Migração: 4 Alteração: 4	Mínima

LAUDOS MEIAS			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	74% Poliéster 24% Poliamida 2,75% elastano	± 3 %
Composição no pé da meia	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	43% Algodão + Viscose 38% poliéster 21,5% poliamida	± 3 %

LAUDOS BRIM 100% ALGODÃO TRANÇADO			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	AATCC 20:2021	100% Algodão	Não se aplica





	AATCC 20A:2021		
Gramatura	NBR 10591:2008	470 g/m <sup>2</sup>	± 5%
Densidade	NBR 10588:2015	Trama = 18/cm Urdume = 35/cm	± 1/cm ± 1/cm
Espessura	NBR 13371:2005	1,15 mm	± 0,05 mm
Estrutura	NBR 12996:1993 12546:2017	Tecido maquinado derivado de sarja	Não se aplica
Solidez da cor à Lavagem Doméstica	NBR ISO 105 C06:2010	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Alteração Dimensional	NBR 10320:1988 - Ciclo normal	Trama - ± 4,70 % Urdume - ± 6,70 %	± 3 %
Solidez da cor à Fricção	NBR ISO 105 X12:2019	Migração trama seco: 5 Migração trama úmido: 5 Migração urdume: 5 seco Migração urdume úmido: 5	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 5 Suor Ácido: Alteração: 5 Suor Alcalino: Migração 5 Suor Alcalino: Alteração 5	Mínima
Torção	AATCC 179:2019	1,15 %	± 5 %
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Resistência ao Estouro	NBR 13384:1995	30,00 kgf/cm <sup>2</sup>	Mínima
Resistência à Formação do Pilling	ISO 12945-2:2020	Nota 5, obtida após 125 ciclos	Mínima

LAUDOS BRIM 100% ALGODÃO			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	AATCC 20:2021 AATCC 20A:2021	100% Algodão	Não se aplica
Gramatura	NBR 10591:2008	300 g/m <sup>2</sup>	± 5%
Densidade	NBR 10588:2015	Trama = 19/cm Urdume = 35/cm	± 1/cm ± 1/cm
Espessura	NBR 13371:2005	0,60 mm	± 0,05 mm
Estrutura	NBR 12996:1993 12546:2017	Sarja 3x1	Não se aplica
Solidez da cor à Lavagem Doméstica	NBR ISO 105 C06:2010	Alteração: 4 Migração: 5	Mínima
Alteração Dimensional	NBR 10320:1988 - Ciclo normal	Trama - ± 1,40 % Urdume - ± 10,30 %	± 3 %
Solidez da cor à Fricção	NBR ISO 105 X12:2019	Migração trama seco: 5 Migração trama úmido: 5 Migração urdume: 5 seco Migração urdume úmido: 5	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 5 Suor Ácido: Alteração: 5 Suor Alcalino: Migração 5 Suor Alcalino: Alteração 5	Mínima
Torção	AATCC 179:2019	1,45 %	± 5 %
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Resistência ao Estouro	NBR 13384:1995	30,00 kgf/cm <sup>2</sup>	Mínima



Resistência à Formação do Pilling	ISO 12945-2:2020	Nota 5, obtida após 125 ciclos	Mínima
-----------------------------------	------------------	--------------------------------	--------

**10.1.9.3.** As amostras deverão vir acompanhadas da nota de entrega, em papel timbrado da empresa, assinado por um de seus representantes legais com a relação de produtos, especificando o tecido utilizado.

**10.1.9.4.** Serão desclassificados os licitantes que deixarem de apresentar as amostras solicitadas; apresentá-las de forma incompleta e/ou apresentá-las em desconformidade com as características específicas e especificações dos produtos descritos neste edital.

**10.1.9.5.** Para avaliação e verificação das especificações técnicas, o licitante deverá apresentar juntamente com as amostras, no mesmo prazo citado, laudos técnicos que atestem a conformidade dos produtos do segmento têxtil ofertados, em plena conformidade com as exigências das especificações do referido objeto. Os laudos deverão ser emitidos por laboratórios têxteis credenciados ou acreditados ao INMETRO, emitidos em nome da empresa licitante ou do fabricante da malha, e em conformidade com as características específicas dos produtos descritos nas tabelas constantes nas especificações técnicas do Termo de Referência.

**10.1.9.6.** Serão desclassificados os licitantes que deixarem de apresentar os laudos solicitados; apresentá-los de forma incompleta e/ou apresentá-los em desconformidade com as características específicas e especificações dos produtos descritos neste edital.

**10.1.9.7.** No caso de aprovação dos laudos, segundo análise, pela comissão de avaliação – setor técnico, o pregoeiro passará à fase de adjudicação e posteriormente de homologação do lote ao vencedor pela autoridade competente.

**10.1.9.8.** A entrega de amostra faz-se necessário para garantir que o material fornecido seja padronizado e de qualidade, e que atenda às especificações contidas no Termo de Referência.

**10.1.9.9.** A amostra não faz parte do montante final, portanto, não deve ser descontado da quantidade total a ser enviada.

**10.1.9.10.** Será desclassificada a Licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

**10.1.9.11. Para o Lote 11 – Tabela Hidráulica – Da montagem e instalação.**

**10.1.9.11.1.** A montagem da tabela hidráulica deverá ser realizada imediatamente após a entrega do equipamento, no local indicado pela Administração, com acompanhamento de servidor formalmente designado para esse fim.

**10.1.9.11.2.** A contratada será responsável pela instalação completa do equipamento, incluindo todos os ajustes necessários ao perfeito funcionamento, devendo realizar teste operacional integral no ato da montagem. O teste deverá contemplar, no mínimo:

- a) verificação do sistema de elevação hidráulica;
- b) correto posicionamento e alinhamento da tabela;
- c) fixação e segurança do aro;
- d) estabilidade estrutural do conjunto;
- e) funcionamento dos mecanismos de travamento, quando houver.

**10.1.9.11.3.** Ao término da instalação, a contratada deverá emitir Termo de Instalação Técnica, devidamente assinado pelo responsável técnico, atestando que o equipamento foi montado conforme as especificações do fabricante e encontra-se em pleno funcionamento.

**10.1.9.11.4. Da garantia e manutenção:**

**10.1.9.11.4.1.** A tabela hidráulica deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, com cobertura integral contra defeitos de fabricação e funcionamento, devendo a contratada assegurar assistência técnica disponível em território nacional.

**10.1.9.11.4.2.** O equipamento deverá ser submetido a revisões periódicas a cada 6 (seis) meses, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- a) condições do sistema hidráulico, incluindo nível de óleo, existência de vazamentos e funcionamento dos pistões;
- b) estabilidade estrutural do conjunto;
- c) fixação da tabela e do aro;



- d) integridade das proteções acolchoadas;
- e) condições dos rodízios e do sistema de travamento.

**10.1.9.11.4.3.** A contratada deverá fornecer, juntamente com o equipamento, manual técnico contendo orientações claras sobre manutenção preventiva, conservação, periodicidade de inspeções e cuidados operacionais, de modo a assegurar a durabilidade e a segurança do uso.

#### **10.1.9.11.5. Das especificações técnicas e padrão oficial**

**10.1.9.11.5.1.** A tabela hidráulica a ser adquirida deverá ser do tipo oficial, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Federação Internacional de Basquetebol (FIBA), no que se refere às dimensões, materiais, características estruturais e requisitos de segurança.

**10.1.9.11.5.2.** O atendimento a tais especificações assegura que o equipamento esteja apto para utilização tanto em treinamentos quanto em competições oficiais, observando os padrões regulamentares exigidos pelas entidades esportivas competentes.

### **11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. contiver vícios insanáveis;

11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 20% (vinte por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global do lote, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global do lote a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).



11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

## **12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 A presente contratação será realizada com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a conveniência e a economicidade da aquisição parcelada dos materiais, conforme a necessidade real e variável da Administração, o que permite reduzir riscos de desabastecimento, otimizar o planejamento das ações de manutenção e racionalizar a aplicação dos recursos públicos.

**12.2.** O uso do Sistema de Registro de Preços apresenta vantagens significativas para a Administração Pública, entre as quais se destacam:

- a) Contratação facultativa, conforme art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, conferindo à Administração maior flexibilidade e discricionariedade na utilização da ata, de acordo com sua real demanda e disponibilidade orçamentária;
- b) Planejamento mais eficiente das atividades de manutenção das unidades administrativas, operacionais e funcionais, com possibilidade de resposta ágil às necessidades;
- c) Aquisição sob demanda, com entrega parcelada dos itens e pagamento apenas do efetivamente entregue, evitando a formação de estoques desnecessários e o comprometimento antecipado de recursos públicos;
- d) Economia de escala e padronização, ao concentrar a contratação em um único procedimento licitatório, reduzindo custos administrativos e facilitando o controle de qualidade dos materiais utilizados.

**12.3.** A contratação por SRP não obriga a Administração à aquisição da totalidade dos itens registrados, sendo a ata utilizada conforme a conveniência, a disponibilidade orçamentária e a efetiva necessidade do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, conforme disciplinado no edital e seus anexos.

**12.4.** Desta forma, o Sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração Municipal, assegurando adequação entre a oferta e a demanda, controle de gastos públicos, e atendimento célere das necessidades de manutenção nas unidades da Prefeitura de Lauro de Freitas.

### **12.5. Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados**

12.5.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço/desconto registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.5.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.5.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12.5.4. O cancelamento dos preços/descontos registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### **12.6. Alteração ou atualização dos preços registrados**

12.6.1. Os preços/descontos registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.6.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

12.6.3 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

12.6.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

13.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

13.1.1.1 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.1.2 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.

14.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

14.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

14.4 As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 23.

14.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

14.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;

b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

14.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judicium” e “ad negocia”.

### 15. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. Os preços/descontos registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 15.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.3 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).
- 15.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 15.2. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.2.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.2.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.2.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.2.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- Por razão de interesse público;
- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

16.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

16.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

16.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

**16.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.**

16.7 Dos documentos que compõem a habilitação:





#### 16.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**16.7.1.1 Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**16.7.1.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**16.7.1.3 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**16.7.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.7.1.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**16.7.1.6 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.7.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.7.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 16.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.7.2.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

16.7.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada;

16.7.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

16.7.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

#### 16.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.7.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Em caso de Empresas em Recuperação Judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento de contratação/licitação;

16.7.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG);

a.1) A empresa deve comprovar através dos balanços patrimoniais, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG dos 02 (dois) últimos exercícios sociais é igual ou superior a 1,00 conforme segue<sup>1</sup>:

a.2) O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:  $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

a.3) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:  $ILC = AC / PC$

a.4) O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:  $ISG = AT / PC + ELP$

a.5) Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço dos 02 (dois) últimos exercícios financeiros, e discriminados conforme a seguir:



ILG = Índice de Liquidez Geral  
ILC = Índice de Liquidez Corrente  
ISG = Índice de Solvência Geral  
AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo  
AT = Ativo Total

- 16.7.3.3.A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, exigidos no subitem supracitado, são os usualmente utilizados em licitações. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança;
- 16.7.3.4.Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois);
- 16.7.3.5.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED;
- 16.7.3.6.Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
- 16.7.3.7.As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);
- 16.7.3.8.O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, quando não constar expressamente no Balanço Patrimonial.

#### 16.7.4 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

#### 16.7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**16.7.5.1.** Comprovação de qualificação técnica operacional mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado (s) expedido necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto da licitação:

**16.7.5.1.1** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da eminente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, quantidade de produto fornecido equivalente ao contratado e período de contratação;

**16.7.5.1.2** Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da concorrente ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

**16.7.5.2.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**16.7.5.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**16.7.5.4** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**16.7.5.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**16.7.5.6** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**16.7.5.7.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**16.7.5.8.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**16.7.5.9.** Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

**16.8. A CONTRATADA DEVERÁ COMPROVAR CONTER AINDA OS DOCUMENTOS A SEGUIR RELACIONADOS:**

**a)** declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**b)** declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**c)** declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**17. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

17.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

17.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

17.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

17.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

17.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

17.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

17.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

17.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

17.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

17.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

17.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

17.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

17.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

**17.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.**

**18. DOS RECURSOS**



18.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

18.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

18.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

18.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

18.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

18.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

18.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

18.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

18.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br>, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

18.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

## 19. VALOR ESTIMADO POR LOTE

19.1 O valor global por lote são os seguintes:

Lote 1 é de R\$ 703.136,00 (setecentos e três mil, cento e trinta e seis reais).

Lote 2 é de R\$ 4.835.092,70 (quatro milhões oitocentos e trinta e cinco mil, noventa e dois reais e setenta centavos)

Lote 3 é de : R\$ 401.558,40 (quatrocentos e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos);

Lote 4 é de: R\$ 210.132,50 (duzentos e dez mil cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos);

Lote 5 é de R\$ 74.231,75 (setenta e quatro mil duzentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos);

Lote 6 é de : R\$ R\$ 92.093,65 (noventa e dois mil trezentos noventa e três reais e sessenta e cinco centavos);

Lote 7 é de: R\$ R\$ 12.789,75 (doze mil setecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

Lote 8 é de: R\$ 86.947,60 (oitenta e seis reais novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos);

Lote 9 é de: R\$ R\$ 34.502,35 (trinta e quatro mil quinhentos e dois reais e trinta e cinco centavos);

Lote 10 é de: R\$ R\$ 424.771,98 (quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos);

Lote 11 é de: R\$ R\$ 111.599,66 (cento e onze mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Lote 12 é de: R\$ 137.514,00 (cento e trinta e sete mil quinhentos e quatorze reais);

Lote 13 é de: R\$ R\$ 121.453,85 (cento e vinte um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Lote 14 é de: R\$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais);

Lote 15 é de: R\$ 525.540,50 (quinhentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta reais e cinquenta centavos);

Lote 16 é de: R\$ 165.408,30 (cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e oito reais e trinta centavos);

Lote 17 é de : R\$ 1.226.804,00 (um milhão duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e quatro reais)

Lote 18 é de R\$ 119.880,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e oitenta reais)



Lote 19 é de R\$ 235.641,80(duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta centavos);

## 20. DA VIGÊNCIA

20.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação na Imprensa Oficial, nos termos do §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa da vantajosidade para a Administração e desde que devidamente formalizada.

20.2. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos registrados para os itens licitados poderão ser renovados, restabelecendo-se o saldo total inicial, desde que acordado entre as partes, justificado o interesse público e mantidas as condições vantajosas.

20.3. A renovação de quantitativos não poderá exceder os limites originais da Ata, não sendo permitida a contratação em quantia superior à registrada inicialmente.

## 21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 21.1. Recebimento:

21.1.1 Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

21.1.2 O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.

21.1.3 Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.

21.1.4 O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.

21.1.5 O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.

21.1.6 Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.

21.1.7 O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.

21.1.8 O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.

### 21.2. Liquidação

21.2.1 Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

21.2.2. O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

21.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:

a) Prazo de validade;

b) Data de emissão;

c) Dados do contrato e do órgão contratante;





d) Período de execução do contrato correspondente;

e) Valor a ser pago;

f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

**21.2.4.** Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.

**21.2.5.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**21.2.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.

**21.2.7.** Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.

**21.2.8.** Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.

**21.2.9.** Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

**21.2.10** Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

### **21.3. Prazo de pagamento**

21.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022..

### **21.4. Forma de pagamento**

21.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

21.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**21.4.3** . Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.

**21.4.4.** No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.

21.4.5. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES**

### **22.1.DA CONTRATADA**

**22.1.1.** A contratada se obriga a cumprir, de forma integral, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e em sua proposta apresentada na licitação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e pelas despesas decorrentes da execução do objeto, bem como pelas obrigações a seguir:

a) Executar a entrega dos materiais de forma eficiente, tempestiva e em conformidade com as especificações, prazos, locais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora;

b) Entregar os materiais rigorosamente conforme as especificações técnicas exigidas, em perfeitas condições de uso, acompanhados da respectiva nota fiscal contendo, obrigatoriamente, as informações de marca, modelo e demais elementos de identificação exigidos;

c) Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas ou inconformidades dos materiais fornecidos, inclusive pelos danos decorrentes, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, quaisquer materiais entregues com defeitos, vícios ou em desacordo com as especificações, independentemente do momento em que forem detectadas as inconformidades;

e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as justificativas devidamente fundamentadas para eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, ficando a critério da Administração a análise e eventual acolhimento da solicitação;





- f) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou eventual contrato decorrente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- g) Indicar preposto devidamente habilitado para representá-la junto à Administração, com poderes para praticar todos os atos necessários à fiel execução do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- h) Cumprir todas as obrigações assumidas com base na melhor técnica aplicável ao fornecimento de materiais elétricos, observando rigorosamente a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT e demais regulamentos pertinentes ao objeto;
- i) Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive com insumos, materiais, transporte, carga, descarga, logística, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como com eventuais custos decorrentes de responsabilidade civil ou penal por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.

## **22.2. DA CONTRATANTE**

### **22.2.1. A Contratante se obriga a:**

- a) Receber os materiais fornecidos pela contratada, conforme prazos, locais e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, edital e proposta, promovendo a conferência quantitativa e qualitativa para fins de aceitação e consequente recebimento definitivo;
- c) Informar formalmente à contratada, dentro do prazo legal e contratual, sobre quaisquer vícios, defeitos, irregularidades ou inconformidades constatadas nos materiais entregues, solicitando, conforme o caso, a substituição, reparo ou correção, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável;
- d) Proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados por portaria específica, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, promovendo os registros e relatórios pertinentes; Efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no edital e seus anexos, após o recebimento definitivo dos bens, desde que atendidas todas as exigências legais, fiscais e contratuais, inclusive a regularidade junto ao sistema de habilitação;
- f) Isentar-se de responsabilidade por quaisquer obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial ou civil assumidas pela contratada, inclusive em relação a terceiros eventualmente contratados ou vinculados à execução do objeto;
- g) Reservar-se o direito de suspender, interromper ou paralisar a execução da contratação, a qualquer tempo, sempre que constatada irregularidade, vício, descumprimento contratual ou necessidade administrativa superveniente devidamente motivada, nos termos da legislação vigente.

## **23. DAS PENALIDADES**

23.1 A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

23.2. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

- a) Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;
- b) Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:
  - a) deixar de celebrar o contrato injustificadamente;
  - b) não entregar o objeto;
  - c) apresentar documentação falsa;
  - d) cometer fraude na execução;
  - e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.



f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

23.3. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

23.4. A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

23.5. O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.

23.6. As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

#### **24. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br> ou do endereço eletrônico [copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br](mailto:copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br).

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

24.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

24.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

#### **25. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

25.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

25.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

25.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

25.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

25.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

25.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

25.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

25.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho



de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO**

26.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

## **27. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**27.1.** A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com fornecimento dos materiais conforme a necessidade expressa pela Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta da licitante vencedora.

**27.2.** O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento de solicitação formal (Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou similar), salvo prazos específicos definidos em edital para determinados itens.

**27.3.** As entregas deverão ocorrer no horário comercial compreendido entre 08h e 17h, no endereço indicado pelo setor requisitante, prioritariamente no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, situado na Avenida Brigadeiro Alberto de Costa, nº 756 – Parque Jockey Club, CEP nº. 42.701-250, Lauro de Freitas - BA), com funcionamento de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 17:00 horas ou em outro local que venha a ser designado na OS ou Nota de Empenho.

**27.4.** Caso ocorra impedimento superveniente ao cumprimento do prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, expondo as justificativas. A solicitação de prorrogação será analisada, ficando ressalvadas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

**27.5.** Os materiais deverão ser entregues com as especificações técnicas exigidas, em perfeitas condições de uso e funcionamento, observando-se ainda que eventuais produtos com prazo de validade não poderão ser entregues com validade inferior a 12 (doze) meses, contados da data da entrega, quando aplicável.

**27.6.** A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar a execução do fornecimento, por meio de registros de conformidade, controle de qualidade e fiscalização técnica, de modo a assegurar que a contratação esteja produzindo os resultados esperados ao longo de toda a sua vigência, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**27.7.** A gestão e a fiscalização da execução do contrato serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Juventude e Esporte, por meio de agentes designados formalmente.

## **28. DO REAJUSTE**

28.1 Os preços/descontos registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

28.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

28.3 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

28.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **29. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

29.1 A gestão da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos administrativos dela decorrentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de de Cultura, Lazer, Juventude e Esporte – SECULJE.



29.2. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) como fiscal (is), mediante Portaria específica, podendo ser assistidos por equipe de apoio e, quando necessário, por profissionais ou empresas contratadas para prestar assessoria técnica.

29.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas contratuais, o Termo de Referência, o edital de licitação e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

29.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, desde o início da vigência até o encerramento contratual, sendo exigido o registro formal de todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema eletrônico, com vistas à correta supervisão da entrega dos materiais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

29.5. A empresa contratada deverá manter preposto, devidamente identificado e aceito pela Administração, com poderes para representá-la junto à fiscalização e para responder de imediato às solicitações relativas à execução do contrato.

29.6. Todos os materiais entregues com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desconformidade com as especificações, independentemente de terem sido detectados na entrega ou posteriormente.

29.7. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir, reconstruir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que não atenda às condições pactuadas.

29.8. A contratada será integralmente responsável pelos danos que causar à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, mesmo que sob fiscalização da Administração.

29.9. A inadimplência da contratada com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade por seu adimplemento, tampouco poderá acarretar ônus adicional à execução do contrato, nos termos do § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/202.

#### **29.10 Da Fiscalização:**

29.10.1 A fiscalização será exercida por 1 (um) ou mais servidores ou empregados públicos designados formalmente por meio de Portaria, podendo ser auxiliados por equipe de apoio e, quando necessário, por terceiros contratados com conhecimento técnico específico.

**29.11.** O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão):

- Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do objeto;
- Verificar a conformidade dos materiais entregues em relação aos quantitativos, especificações técnicas e condições estabelecidas;
- Registrar formalmente as ocorrências que afetem o cumprimento das obrigações contratuais;
- Emitir pareceres e relatórios, sempre que necessário, para subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente;
- Requisitar correções, substituições ou adequações, conforme previsto contratualmente.

**29.12.** Caso sejam detectadas irregularidades ou situações que extrapolem a competência do fiscal, estas deverão ser imediatamente comunicadas à autoridade superior, com as devidas recomendações.

**29.13.** Os atos de fiscalização deverão ser documentados e armazenados em meio físico ou eletrônico, garantindo-se a rastreabilidade dos registros e a conformidade com os princípios da administração pública.

**29.14.** A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme pactuado.

29.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

29.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **29.17 Gestor do Contrato**

**29.17.1** Cabe ao gestor do contrato:

29.17.1.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



29.17.1.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

29.17.1.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

29.17.1.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

29.17.1.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

29.17.1.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

29.17.1.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1 As informações constantes deste Termo de Referência, relativas à contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de materiais e acessórios esportivos diversos, não serão tratadas como sigilosas.

**30.2.** As condições estabelecidas no Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital de licitação, na Ata de Registro de Preços e, quando for o caso, nos instrumentos contratuais ou nas ordens de fornecimento, que regerão a execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e com as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**30.3.** A execução do fornecimento deverá observar os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem como os princípios da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

30.4. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

30.5 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

30.6 As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

30.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### 31. FORO

31.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

### 32. ANEXOS DO EDITAL

32.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO

34. Este Edital contém 97 (noventa e sete) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 30 de março de 2026.

**Heider do Vale Almeida Pinheiro**  
Diretoria de Licitações





**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Processo administrativo nº 12204/2025**

**1. OBJETO**

- 1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e acessórios esportivos diversos, para a atender às necessidades do Programa Esporte Cidadão 2.
- 1.2.** Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, por possuírem especificações usuais no mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3.** O objeto desta contratação trata-se de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme definido no art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.** Sendo a contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a duração da Ata será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem para a Administração, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1.** A aquisição de materiais esportivos é essencial para a promoção de atividades físicas, esportivas e recreativas, contribuindo diretamente para o bem-estar, o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos participantes. A prática regular de esportes estimula hábitos saudáveis, melhora a qualidade de vida, promove a inclusão social e fortalece valores como trabalho em equipe, disciplina e respeito.
- 2.2.** No contexto atual, a instituição carece de materiais em quantidade e qualidade adequadas para atender à demanda das atividades planejadas.
- 2.3.** Dessa forma, a aquisição de novos materiais esportivos — como bolas, redes, coletes, cones, cordas, colchonetes, entre outros — visa suprir essa necessidade e garantir a continuidade e ampliação dos programas esportivos oferecidos. Tal investimento é imprescindível para o bom desempenho das atividades, sejam elas voltadas à educação física escolar, ao treinamento de equipes, a projetos sociais ou a práticas recreativas e de lazer.
- 2.4.** O Programa Esporte Cidadão 2, visa atender à crescente demanda por atividades esportivas e recreativas nas escolas da rede municipal de ensino. O programa tem como objetivo principal promover a inclusão social, o desenvolvimento físico, emocional e social dos estudantes, bem como estimular a prática esportiva como ferramenta educacional, de saúde e cidadania.
- 2.5.** Considerando que o Programa Esporte Cidadão 2, será expandido para atender um número significativamente maior de alunos, torna-se imprescindível garantir a disponibilidade de materiais adequados e em quantidade suficiente para a realização das atividades planejadas.
- 2.6.** Ressalta-se ainda que a prática esportiva no ambiente escolar contribui significativamente para a melhoria da convivência entre os alunos, a redução de índices de evasão escolar, o combate ao sedentarismo e a promoção de valores como respeito, cooperação e disciplina. Parâmetros utilizados para estimar o quantitativo com base nos seguintes critérios:
- 2.6.1.** A presente justificativa tem por finalidade demonstrar, de forma técnica e fundamentada, os critérios adotados para definição do quantitativo estimado de atendimento de 4.500 (quatro mil e quinhentos) alunos no âmbito do Projeto Esporte 360, vinculado à rede municipal de ensino de Lauro de Freitas, composta por aproximadamente 25.304 (vinte e cinco mil e trezentos e quatro) alunos. Dados atualizados da Secretaria Municipal de Educação referente ao mês de agosto/2025;
- 2.6.2.** O quantitativo corresponde a 18% do universo total de estudantes da rede municipal e foi fixado com base em dados reais de adesão às modalidades esportivas atualmente ofertadas, acrescido de projeção de expansão do atendimento durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços, considerando a natureza sob demanda do Sistema de Registro de Preços;
- 2.6.3.** A estimativa observa os parâmetros previstos nos arts. 18, §1º, inciso IV, e 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que determinam que a definição das quantidades a serem contratadas deve considerar o consumo e utilização prováveis, com base em critérios técnicos devidamente justificados pelo órgão competente.
- 2.7.** Fundamentação da Necessidade:
- 2.7.1.** A definição do quantitativo observa os seguintes dispositivos da Lei nº 14.133/2021:
- **Art. 40, III** – Estabelece que o planejamento da contratação deve considerar a definição das unidades e quantidades em função do consumo e utilização prováveis;
  - **Art. 82 e seguintes** – Regulamentam o Sistema de Registro de Preços, cuja finalidade é possibilitar contratações futuras, parceladas e sob demanda, conforme a necessidade da Administração.



**2.7.2.** Assim, a estimativa não decorre de fixação arbitrária, mas de planejamento administrativo orientado por critérios técnicos e compatível com a sistemática do Registro de Preços.

**2.8.** A rede municipal de ensino possui aproximadamente:

- 25.304 (vinte e cinco mil e trezentos e quatro) alunos matriculados.

**2.8.1.** O Projeto Esporte 360 prevê atendimento estimado de:

- 4.500 (quatro mil e quinhentos) alunos.

**2.8.2.** Memória de cálculo:

$$4.500 \div 25.304 = 0,18$$

$$0,18 \times 100 = 18\%$$

**2.8.3.** Logo, o quantitativo estimado corresponde a 18% do total de alunos da rede municipal, percentual razoável e proporcional para política pública de caráter complementar, esportivo e inclusivo.

**2.9.** Levantamento da Demanda:

**2.9.1.** Conforme dados consolidados de inscrições nas modalidades atualmente ofertadas, tem-se:

- Skate – 300 alunos
- Funcional Maior Idade – 300 alunos
- Natação Infantil – 350 alunos
- Natação Adultos – 350 alunos
- Karatê – 120 alunos
- Basquete – 150 alunos
- Boxe – 30 alunos
- Ginástica Rítmica – 80 alunos
- Ballet – 60 alunos

- **Total atual: 2.040 (dois mil e quarenta) alunos. OBS: Este quantitativo representa a demanda já consolidada e comprovada.**

**2.10.** Projeção de Expansão do Atendimento:

**2.10.1.** O quantitativo de 4.500 alunos não se limita à manutenção da demanda atual (2.040), mas contempla:

- Ampliação de turmas;
- Criação de novos polos;
- Inclusão de novas modalidades;
- Ampliação territorial do projeto;
- Política de incentivo ao esporte educacional e inclusão social;
- Atendimento progressivo durante a vigência da Ata.

**2.10.2.** A diferença entre a demanda atual (2.040) e o quantitativo estimado (4.500) representa a expectativa de crescimento institucional do programa, compatível com a política pública municipal de expansão do acesso ao esporte.

**2.10.3.** Importante destacar que a Administração deve planejar não apenas a demanda presente, mas a utilização provável ao longo da vigência contratual, conforme expressamente determina o art. 40, III, da Lei nº 14.133/2021.

**2.11.** Adequação ao Sistema de Registro de Preços:

**2.11.1.** A escolha do Sistema de Registro de Preços se justifica porque:

- Não há obrigatoriedade de contratação da totalidade estimada;
- A contratação ocorre de forma parcelada e conforme necessidade;
- Permite expansão gradativa sem necessidade de novo procedimento licitatório;
- Garante economicidade e eficiência administrativa;
- Evita descontinuidade das atividades esportivas.

**2.11.2.** O quantitativo registrado representa limite máximo estimado, não obrigação imediata de aquisição.

**2.11.3.** Ainda que, em determinado exercício, o atendimento seja inferior a 4.500 (quatro mil e quinhentos) alunos, a Ata assegura reserva técnica suficiente para expansão progressiva durante sua vigência.

**2.12.** Conclusão Técnica:

**2.12.1.** O quantitativo de 4.500 (quatro mil e quinhentos) alunos encontra-se:

- Fundamentado em dados reais de adesão (2.040 alunos);
- Projetado com base em expectativa técnica de expansão;
- Correspondente a apenas 18% da rede municipal;
- Compatível com a natureza sob demanda do Registro de Preços;
- Em conformidade com os arts. 18, §1º, IV, e 40, III, da Lei nº 14.133/2021;
- Acompanhado de memória de cálculo e critérios objetivos.

**2.12.2.** Dessa forma, o quantitativo pretendido encontra-se devidamente motivado, acompanhado de memória de cálculo, fundamentado em dados objetivos e alinhado às disposições da Lei nº 14.133/2021, revelando-se compatível



com o planejamento administrativo e com a política pública de ampliação do acesso ao esporte no âmbito da rede municipal de ensino.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** Trata-se de uma Contratação de Empresa especializada para confecção de fardamento, a ser contratado mediante licitação na modalidade Pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante Registro de Preços e sob o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

**3.2.** Conforme a Lei 14.133/2021, em seu artigo 29 "A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

**3.3.** Nesse sentido, se deu a motivação pela escolha do Pregão como solução para a presente contratação, considerando as características do objeto que levam ao seu enquadramento como bens comuns, de acordo com o descrito nos requisitos da contratação deste TR. Já a decisão pelo Sistema de Registro de Preço (SRP) ocorreu por não ser possível a definição prévia do quantitativo exato a ser contratado pela Administração, frente às necessidades de modificações e/ou inclusões de aulas práticas, a aprovação de novos projetos de pesquisa e extensão, e as constantes necessidades de reposições.

**3.4.** A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

**3.5.** A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

**3.6.** Na substituição de produtos defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional.

**3.7.** A critério da Administração, e das secretarias participantes, quando houver, os materiais fornecidos serão submetidos à verificação de conformidade com as especificações técnicas exigidas, cabendo ao fornecedor à substituição dos fardamentos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

### **4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), com fundamento no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de bens comuns, cujas especificações são usuais no mercado e cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme disposto nos incisos X e XIII do art. 6º da referida Lei.

**4.2.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista a natureza dos itens, a racionalização logística e a viabilidade operacional e econômica da contratação por agrupamento.

**4.3.** Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação dos documentos exigidos no edital, especialmente no que tange à qualificação técnica, jurídica, econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

**4.4.** A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no edital, em seus anexos e na proposta vencedora, assumindo todos os riscos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto. A contratação deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos direitos, deveres e responsabilidades contratuais.

**4.5.** O fornecimento dos bens deverá observar, no mínimo, os requisitos de qualidade, segurança, procedência, compatibilidade técnica e conformidade com as normas técnicas pertinentes, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

**4.6.** A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a entrega dos materiais, conforme definido na Ordem de Fornecimento, sendo vedado qualquer atraso injustificado, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

**4.7.** A entrega dos materiais deverá ocorrer independentemente do quantitativo solicitado, não sendo exigido pedido mínimo, de forma a assegurar flexibilidade, economicidade e aderência às necessidades reais da Administração Pública.

**4.8.** Todos os materiais fornecidos, bem como os procedimentos relativos à entrega, deverão estar em conformidade com a legislação vigente, com as normas técnicas aplicáveis e com as exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

**4.9.** A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I deste Termo de Referência.



**4.10.** É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

## **5. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

**5.1.** A presente contratação será realizada com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a conveniência e a economicidade da aquisição parcelada dos materiais, conforme a necessidade real e variável da Administração, o que permite reduzir riscos de desabastecimento, otimizar o planejamento das ações de manutenção e racionalizar a aplicação dos recursos públicos.

**5.2.** O uso do Sistema de Registro de Preços apresenta vantagens significativas para a Administração Pública, entre as quais se destacam:

- a)** Contratação facultativa, conforme art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, conferindo à Administração maior flexibilidade e discricionariedade na utilização da ata, de acordo com sua real demanda e disponibilidade orçamentária;
- b)** Planejamento mais eficiente das atividades de manutenção das unidades administrativas, operacionais e funcionais, com possibilidade de resposta ágil às necessidades;
- c)** Aquisição sob demanda, com entrega parcelada dos itens e pagamento apenas do efetivamente entregue, evitando a formação de estoques desnecessários e o comprometimento antecipado de recursos públicos;
- d)** Economia de escala e padronização, ao concentrar a contratação em um único procedimento licitatório, reduzindo custos administrativos e facilitando o controle de qualidade dos materiais utilizados.

**5.3.** A contratação por SRP não obriga a Administração à aquisição da totalidade dos itens registrados, sendo a ata utilizada conforme a conveniência, a disponibilidade orçamentária e a efetiva necessidade do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, conforme disciplinado no edital e seus anexos.

**5.4.** Desta forma, o Sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração Municipal, assegurando adequação entre a oferta e a demanda, controle de gastos públicos, e atendimento célere das necessidades de manutenção nas unidades da Prefeitura de Lauro de Freitas.

### **5.5. Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados**

**5.5.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b)** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** Não aceitar manter seu preço/desconto registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**5.5.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 4.12.6.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**5.5.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**5.5.4.** O cancelamento dos preços/descontos registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a)** Por razão de interesse público;
- b)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### **5.6. Alteração ou atualização dos preços registrados**

**5.6.1.** Os preços/descontos registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a)** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b)** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



**5.6.2.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.3.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

**5.6.4.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com fornecimento dos materiais conforme a necessidade expressa pela Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta da licitante vencedora.

**6.2.** O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento de solicitação formal (Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou similar), salvo prazos específicos definidos em edital para determinados itens.

**6.3.** As entregas deverão ocorrer no horário comercial compreendido entre 08h e 17h, no endereço indicado pelo setor requisitante, prioritariamente no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, situado na Avenida Brigadeiro Alberto de Costa, nº 756 – Parque Jockey Club, CEP nº. 42.701-250, Lauro de Freitas - BA), com funcionamento de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 17:00 horas ou em outro local que venha a ser designado na OS ou Nota de Empenho.

**6.4.** Caso ocorra impedimento superveniente ao cumprimento do prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, expondo as justificativas. A solicitação de prorrogação será analisada, ficando ressalvadas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

**6.5.** Os materiais deverão ser entregues com as especificações técnicas exigidas, em perfeitas condições de uso e funcionamento, observando-se ainda que eventuais produtos com prazo de validade não poderão ser entregues com validade inferior a 12 (doze) meses, contados da data da entrega, quando aplicável.

**6.6.** A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar a execução do fornecimento, por meio de registros de conformidade, controle de qualidade e fiscalização técnica, de modo a assegurar que a contratação esteja produzindo os resultados esperados ao longo de toda a sua vigência, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.** A gestão e a fiscalização da execução do contrato serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Juventude e Esporte, por meio de agentes designados formalmente.

## **7. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**7.1.** A gestão da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos administrativos dela decorrentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de de Cultura, Lazer, Juventude e Esporte – SECULJE.

**7.2.** A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) como fiscal(is), mediante Portaria específica, podendo ser assistidos por equipe de apoio e, quando necessário, por profissionais ou empresas contratadas para prestar assessoria técnica.

**7.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas contratuais, este Termo de Referência, o edital de licitação e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.4.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, desde o início da vigência até o encerramento contratual, sendo exigido o registro formal de todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema eletrônico, com vistas à correta supervisão da entrega dos materiais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

**7.5.** A empresa contratada deverá manter preposto, devidamente identificado e aceito pela Administração, com poderes para representá-la junto à fiscalização e para responder de imediato às solicitações relativas à execução do contrato.

**7.6.** Todos os materiais entregues com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desconformidade com as especificações, independentemente de terem sido detectados na entrega ou posteriormente.

**7.7.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir, reconstruir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que não atenda às condições pactuadas.

**7.8.** A contratada será integralmente responsável pelos danos que causar à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, mesmo que sob fiscalização da Administração.





**7.9.** A inadimplência da contratada com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade por seu adimplemento, tampouco poderá acarretar ônus adicional à execução do contrato, nos termos do § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

#### **7.10. FISCALIZAÇÃO**

**7.10.1.** A fiscalização será exercida por 1 (um) ou mais servidores ou empregados públicos designados formalmente por meio de Portaria, podendo ser auxiliados por equipe de apoio e, quando necessário, por terceiros contratados com conhecimento técnico específico.

**7.10.2.** O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão):

- Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do objeto;
- Verificar a conformidade dos materiais entregues em relação aos quantitativos, especificações técnicas e condições estabelecidas;
- Registrar formalmente as ocorrências que afetem o cumprimento das obrigações contratuais;
- Emitir pareceres e relatórios, sempre que necessário, para subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente;
- Requisitar correções, substituições ou adequações, conforme previsto contratualmente.

**7.10.3.** Caso sejam detectadas irregularidades ou situações que extrapolem a competência do fiscal, estas deverão ser imediatamente comunicadas à autoridade superior, com as devidas recomendações.

**7.10.4.** Os atos de fiscalização deverão ser documentados e armazenados em meio físico ou eletrônico, garantindo-se a rastreabilidade dos registros e a conformidade com os princípios da administração pública.

**7.10.5.** A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme pactuado.

### **8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **8.1. DO RECEBIMENTO**

**8.1.1.** Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

**8.1.2.** O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.

**8.1.3.** Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.

**8.1.4.** O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.

**8.1.5.** O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.

**8.1.6.** Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.

**8.1.7.** O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.

**8.1.8.** O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.

#### **8.2. DA LIQUIDAÇÃO**





**8.2.1** Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.2.2.** O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

**8.2.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:

- a) Prazo de validade;
- b) Data de emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período de execução do contrato correspondente;
- e) Valor a ser pago;
- f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

**8.2.4.** Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.

**8.2.5.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.

**8.2.7.** Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.

**8.2.8.** Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.

**8.2.9.** Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

**8.2.10** Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

### **8.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

**8.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

### **8.4. FORMA DE PAGAMENTO**

**8.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**8.4.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**8.4.3.** Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.

**8.4.4.** No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.

**8.4.5.** A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

## **9. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**9.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 6, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por lote único.

**9.1.2.** O critério de julgamento será o de menor preço por lote, conforme definido no Edital, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado, a vantajosidade para a Administração e os princípios da economicidade, isonomia, competitividade e eficiência.



## 9.2. FORMA DE FORNECIMENTO

**9.2.1.** O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, de acordo com as necessidades e requisições da Administração, dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório.

**9.2.2.** A Administração não se obriga a adquirir a totalidade dos quantitativos registrados, conforme previsto no art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, podendo convocar os fornecedores registrados nas hipóteses e condições ali disciplinadas.

## 9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

**9.3.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.3.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.3.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**9.4.1.** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**9.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

**9.4.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

**9.4.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

**9.4.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

## 9.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

**9.5.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Em caso de Empresas em Recuperação Judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento de contratação/licitação;

**9.5.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**a)** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG);

**a.1)** A empresa deve comprovar através dos balanços patrimoniais, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG dos 02 (dois) últimos exercícios sociais é igual ou superior a 1,00 conforme segue<sup>1</sup>:

**a.2)** O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:  $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

**a.3)** O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:  $ILC = AC / PC$

**a.4)** O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:  $ISG = AT / PC + ELP$



**a.5)** Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço dos 02 (dois) últimos exercícios financeiros, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

**9.5.3.** A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, exigidos no subitem supracitado, são os usualmente utilizados em licitações. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança;

**9.5.4.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois);

**9.5.5.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED;

**9.5.6.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;

**9.5.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);

**9.5.8.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, quando não constar expressamente no Balanço Patrimonial.

## **9.6. Qualificação Técnica**

### **9.6.1. PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO:**

**9.6.1.1.** O licitante deverá apresentar para fins de classificação:

**9.6.1.1.1.** AMOSTRA dos itens, em conformidade com a proposta e atendendo as exigências e especificações constantes neste termo, que deve ser entregue em até 05 (cinco) dias contados a partir da data da convocação do(a) pregoeiro(a) responsável, no Almoxarifado Central (localizada na Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, nº. 756, Bairro Parque Jockey Club, CEP nº. 42.701-250, Lauro de Freitas - BA), em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 17:00 horas e a mesma será submetida à análise de rotulagem e comparação entre a especificação do edital e embalagem pela Secretaria de Administração, que emitirá Relatório Técnico no prazo de até 05 (cinco) dias úteis à Comissão de Licitação, contados a partir da chegada das amostras no setor.

**9.6.1.1.2.** As amostras deverão ser apresentadas respeitando a tabela de medidas, com etiqueta informando o nome do fabricante e a composição técnica do produto, de acordo com as especificações contida neste Termo de Referência. Os laudos técnicos serão solicitados conforme lista abaixo:

- **LOTE 01 – ITENS 01, 02, 03 e 04;**

- **LOTE 02 – ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12**

### **APRESENTAR TODOS OS LAUDOS DAS MALHAS ABAIXO**

<b>LAUDOS TECIDO 91,5% POLIÉSTER 8,5% ELASTANO</b>			
<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>NORMA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOLERÂNCIAS</b>
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	Poliéster 91,5% Elastano 8,5%	± 5 %
Gramatura	NBR 10591:2008	165 g/m2	± 5 %
Espessura	NBR 13371:2005	0,40	± 5 %



Estrutura	NBR 13462:1995	Meia Malha com elastano	Não se aplica
Densidade (Nº de cursos e colunas por unidade de comprimento)	NBR 12060:1991	Cursos = 41/cm Colunas = 22/cm	± 1/cm ± 1/cm
Determinação Proteção UV	AS/NZS 4399:2017	50+ UPF	Mínima
Torção	AATCC 179:2019	0,55 %	± 5 %
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Alteração: 4 Migração: 4	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 5 Suor Ácido: Alteração: 5 Suor Alcalino: Migração: 5 Suor Alcalino: Alteração: 5	Mínima
Titulo do Fio	NBR 13216:1994	64,00 Ne	± 5 %
Resistencia ao Estouro	NBR ISO 13384:1995	10,00 kgf/cm <sup>2</sup>	± 5 %
Solidez da cor à Lavagem Doméstica	NBR ISO 105 C06:2010 B1M	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Solidez da cor à Fricção	NBR ISO 105 X12:2019	Úmido: 4,5 Seco: 4,5	Mínima
Resistência à Formação do Pilling	ISO 12945-2:2000	Nota 5, obtida após 5000 ciclos	Mínima
<b>LAUDOS RIBANA: GOLA E PUNHOS</b>			
<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>NORMA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOLERÂNCIAS</b>
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	44% Acrílico 33% Poliéster 23% Algodão	± 3 %
Gramatura	NBR 10591:2008	470 g/m <sup>2</sup>	± 5 %
Densidade	ABNT NBR 12060:1991	Cursos: 11cm Colunas: 6cm	± 1cm
Espessura	NBR 13371:2005	1,40 mm	± 0,05 mm
Alteração dimensional	NBR 10320:1988	Largura: +- 1,58 Comprimento: +- 3,4	± 5 %
Titulo do fio	NBR 13216:1994	Fio Azul: 33 Fio Branco: 28	Mínima
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Migração: 5 Alteração: 5	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Migração: 4 Alteração: 4 Migração: 4 Alteração: 4	Mínima
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR 105-X11:2018	Migração: 4 Alteração: 4 Migração: 4 Alteração: 4	Mínima

**LAUDOS MEIAS**



CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	74% Poliéster 24% Poliamida 2,75% elastano	± 3 %
Composição no pé da meia	NBR 11914:1992 e NBR 13538:1995	43% Algodão + Viscose 38% poliéster 21,5% poliamida	± 3 %

LAUDOS BRIM 100% ALGODÃO TRANÇADO			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	AATCC 20:2021 AATCC 20A:2021	100% Algodão	Não se aplica
Gramatura	NBR 10591:2008	470 g/m <sup>2</sup>	± 5 %
Densidade	NBR 10588:2015	Trama = 18/cm Urdume = 35/cm	± 1/cm ± 1/cm
Espessura	NBR 13371:2005	1,15 mm	± 0,05 mm
Estrutura	NBR 12996:1993 12546:2017	Tecido maquinado derivado de sarja	Não se aplica
Solidez da cor à Lavagem Doméstica	NBR ISO 105 C06:2010	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Alteração Dimensional	NBR 10320:1988 - Ciclo normal	Trama - ± 4,70 % Urdume - ± 6,70 %	± 3 %
Solidez da cor à Fricção	NBR ISO 105 X12:2019	Migração trama seco: 5 Migração trama úmido: 5 Migração urdume: 5 seco Migração urdume úmido: 5	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 5 Suor Ácido: Alteração: 5 Suor Alcalino: Migração 5 Suor Alcalino: Alteração 5	Mínima
Torção	AATCC 179:2019	1,15 %	± 5 %
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Resistência ao Estouro	NBR 13384:1995	30,00 kgf/cm <sup>2</sup>	Mínima
Resistência à Formação do Pilling	ISO 12945-2:2020	Nota 5, obtida após 125 ciclos	Mínima

LAUDOS BRIM 100% ALGODÃO			
CARACTERÍSTICA	NORMA	ESPECIFICAÇÃO	TOLERÂNCIAS
Composição	AATCC 20:2021 AATCC 20A:2021	100% Algodão	Não se aplica
Gramatura	NBR 10591:2008	300 g/m <sup>2</sup>	± 5 %
Densidade	NBR 10588:2015	Trama = 19/cm Urdume = 35/cm	± 1/cm ± 1/cm
Espessura	NBR 13371:2005	0,60 mm	± 0,05 mm
Estrutura	NBR 12996:1993 12546:2017	Sarja 3x1	Não se aplica
Solidez da cor à Lavagem Doméstica	NBR ISO 105 C06:2010	Alteração: 4 Migração: 5	Mínima
Alteração Dimensional	NBR 10320:1988 - Ciclo normal	Trama - ± 1,40 % Urdume - ± 10,30 %	± 3 %



Solidez da cor à Fricção	NBR ISO 105 X12:2019	Migração trama seco: 5 Migração trama úmido: 5 Migração urdume: 5 seco Migração urdume úmido: 5	Mínima
Solidez da cor ao Suor	NBR ISO 105 E04:2014	Suor Ácido: Migração: 5 Suor Ácido: Alteração: 5 Suor Alcalino: Migração 5 Suor Alcalino: Alteração 5	Mínima
Torção	AATCC 179:2019	1,45 %	± 5 %
Solidez da cor à água	NBR ISO 105 E01:2014	Alteração: 5 Migração: 5	Mínima
Resistência ao Estouro	NBR 13384:1995	30,00 kgf/cm <sup>2</sup>	Mínima
Resistência à Formação do Pilling	ISO 12945-2:2020	Nota 5, obtida após 125 ciclos	Mínima

**9.6.1.1.3.** As amostras deverão vir acompanhadas da nota de entrega, em papel timbrado da empresa, assinado por um de seus representantes legais com a relação de produtos, especificando o tecido utilizado.

**9.6.1.1.4.** Serão desclassificados os licitantes que deixarem de apresentar as amostras solicitadas; apresentá-las de forma incompleta e/ou apresentá-las em desconformidade com as características específicas e especificações dos produtos descritos neste edital.

**9.6.1.1.5.** Para avaliação e verificação das especificações técnicas, o licitante deverá apresentar juntamente com as amostras, no mesmo prazo citado, laudos técnicos que atestem a conformidade dos produtos do segmento têxtil ofertados, em plena conformidade com as exigências das especificações do referido objeto. Os laudos deverão ser emitidos por laboratórios têxteis credenciados ou acreditados ao INMETRO, emitidos em nome da empresa licitante ou do fabricante da malha, e em conformidade com as características específicas dos produtos descritos nas tabelas constantes nas especificações técnicas deste Termo de Referência.

**9.6.1.1.6.** Serão desclassificados os licitantes que deixarem de apresentar os laudos solicitados; apresentá-los de forma incompleta e/ou apresentá-los em desconformidade com as características específicas e especificações dos produtos descritos neste edital.

**9.6.1.1.7.** No caso de aprovação dos laudos, segundo análise, pela comissão de avaliação – setor técnico, o pregoeiro passará à fase de adjudicação e posteriormente de homologação do lote ao vencedor pela autoridade competente.

**9.6.1.1.8.** A entrega de amostra faz-se necessário para garantir que o material fornecido seja padronizado e de qualidade, e que atenda às especificações contidas neste Termo de Referência.

**9.6.1.1.9.** A amostra não faz parte do montante final, portanto, não deve ser descontado da quantidade total a ser enviada.

**9.6.1.1.10.** Será desclassificada a Licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

## **9.6.2. PARA O LOTE 11 – TABELA HIDRAULICA - DA MONTAGEM E INSTALAÇÃO**

**9.6.2.1.** A montagem da tabela hidráulica deverá ser realizada imediatamente após a entrega do equipamento, no local indicado pela Administração, com acompanhamento de servidor formalmente designado para esse fim.

**9.6.2.2.** A contratada será responsável pela instalação completa do equipamento, incluindo todos os ajustes necessários ao perfeito funcionamento, devendo realizar teste operacional integral no ato da montagem. O teste deverá contemplar, no mínimo:

- f) verificação do sistema de elevação hidráulica;
- g) correto posicionamento e alinhamento da tabela;
- h) fixação e segurança do aro;
- i) estabilidade estrutural do conjunto;
- j) funcionamento dos mecanismos de travamento, quando houver.

**9.6.2.3.** Ao término da instalação, a contratada deverá emitir Termo de Instalação Técnica, devidamente assinado pelo responsável técnico, atestando que o equipamento foi montado conforme as especificações do fabricante e encontra-se em pleno funcionamento.





#### **9.6.2.4. DA GARANTIA E MANUTENÇÃO:**

**9.6.2.4.1.** A tabela hidráulica deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, com cobertura integral contra defeitos de fabricação e funcionamento, devendo a contratada assegurar assistência técnica disponível em território nacional.

**9.6.2.4.2.** O equipamento deverá ser submetido a revisões periódicas a cada 6 (seis) meses, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- f) condições do sistema hidráulico, incluindo nível de óleo, existência de vazamentos e funcionamento dos pistões;
- g) estabilidade estrutural do conjunto;
- h) fixação da tabela e do aro;
- i) integridade das proteções acolchoadas;
- j) condições dos rodízios e do sistema de travamento.

**9.6.2.4.3.** A contratada deverá fornecer, juntamente com o equipamento, manual técnico contendo orientações claras sobre manutenção preventiva, conservação, periodicidade de inspeções e cuidados operacionais, de modo a assegurar a durabilidade e a segurança do uso.

#### **9.6.2.5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÃO OFICIAL**

**9.6.2.5.1.** A tabela hidráulica a ser adquirida deverá ser do tipo oficial, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Federação Internacional de Basquetebol (FIBA), no que se refere às dimensões, materiais, características estruturais e requisitos de segurança.

**9.6.2.5.2.** O atendimento a tais especificações assegura que o equipamento esteja apto para utilização tanto em treinamentos quanto em competições oficiais, observando os padrões regulamentares exigidos pelas entidades esportivas competentes.

#### **9.6.3. PARA FINS DE HABILITAÇÃO:**

**9.6.3.1.** Comprovação de qualificação técnica operacional mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado (s) expedido necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto da licitação:

**9.6.3.2.** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da eminente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, quantidade de produto fornecido equivalente ao contratado e período de contratação;

**9.6.4.** Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da concorrente ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

**9.6.5.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**9.6.6** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.6.7** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.6.8** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.6.9** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**9.6.10.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



**9.6.11.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**9.6.12.** Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

**9.7. A CONTRATADA DEVERÁ COMPROVAR CONTER AINDA OS DOCUMENTOS A SEGUIR RELACIONADOS:**

- a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**9.8. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.8.1.** Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, em consonância com os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

**9.8.2.** Considerando que os lotes abaixo relacionados possuem valor estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fica estabelecida participação exclusiva de ME e EPP para os seguintes lotes:

- e) Lote nº. 05 – Jogos de cartas e tabuleiro;
- f) Lote nº. 07 – Atletismo;
- g) Lote nº. 09 – Natação;
- h) Lote nº. 14 – Wind Banner.

**9.8.3.** A delimitação observa o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, visando ampliar a competitividade, fomentar o desenvolvimento econômico local e regional e assegurar maior participação de pequenos fornecedores, sem prejuízo da vantajosidade da contratação.

**9.8.4.** Na hipótese de não acudirem interessados enquadrados como ME ou EPP, ou caso as propostas apresentadas não se mostrem vantajosas para a Administração, os respectivos lotes poderão ser submetidos à ampla concorrência, nos termos da legislação aplicável.

**9.8.5.** A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada na forma da legislação vigente, conforme exigências a serem previstas no instrumento convocatório.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A contratada se obriga a cumprir, de forma integral, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e em sua proposta apresentada na licitação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e pelas despesas decorrentes da execução do objeto, bem como pelas obrigações a seguir:

- j) Executar a entrega dos materiais de forma eficiente, tempestiva e em conformidade com as especificações, prazos, locais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora;
- k) Entregar os materiais rigorosamente conforme as especificações técnicas exigidas, em perfeitas condições de uso, acompanhados da respectiva nota fiscal contendo, obrigatoriamente, as informações de marca, modelo e demais elementos de identificação exigidos;
- l) Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas ou inconformidades dos materiais fornecidos, inclusive pelos danos decorrentes, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- m) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, quaisquer materiais entregues com defeitos, vícios ou em desacordo com as especificações, independentemente do momento em que forem detectadas as inconformidades;
- n) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as justificativas devidamente fundamentadas para eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, ficando a critério da Administração a análise e eventual acolhimento da solicitação;
- o) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou eventual contrato decorrente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- p) Indicar preposto devidamente habilitado para representá-la junto à Administração, com poderes para praticar todos os atos necessários à fiel execução do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;



- q) Cumprir todas as obrigações assumidas com base na melhor técnica aplicável ao fornecimento de materiais elétricos, observando rigorosamente a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT e demais regulamentos pertinentes ao objeto;
- r) Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive com insumos, materiais, transporte, carga, descarga, logística, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como com eventuais custos decorrentes de responsabilidade civil ou penal por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **11.1. A Contratante se obriga a:**

- h) Receber os materiais fornecidos pela contratada, conforme prazos, locais e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório;
- i) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, edital e proposta, promovendo a conferência quantitativa e qualitativa para fins de aceitação e consequente recebimento definitivo;
- j) Informar formalmente à contratada, dentro do prazo legal e contratual, sobre quaisquer vícios, defeitos, irregularidades ou inconformidades constatadas nos materiais entregues, solicitando, conforme o caso, a substituição, reparo ou correção, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável;
- k) Proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados por portaria específica, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, promovendo os registros e relatórios pertinentes;
- l) Efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no edital e seus anexos, após o recebimento definitivo dos bens, desde que atendidas todas as exigências legais, fiscais e contratuais, inclusive a regularidade junto ao sistema de habilitação;
- m) Isentar-se de responsabilidade por quaisquer obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial ou civil assumidas pela contratada, inclusive em relação a terceiros eventualmente contratados ou vinculados à execução do objeto;
- n) Reservar-se o direito de suspender, interromper ou paralisar a execução da contratação, a qualquer tempo, sempre que constatada irregularidade, vício, descumprimento contratual ou necessidade administrativa superveniente devidamente motivada, nos termos da legislação vigente.

## **12. PRAZO DE VIGÊNCIA**

**12.1.** A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação na Imprensa Oficial, nos termos do §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa da vantajosidade para a Administração e desde que devidamente formalizada.

**12.2.** Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos registrados para os itens licitados poderão ser renovados, restabelecendo-se o saldo total inicial, desde que acordado entre as partes, justificado o interesse público e mantidas as condições vantajosas.

**12.3.** A renovação de quantitativos não poderá exceder os limites originais da Ata, não sendo permitida a contratação em quantia superior à registrada inicialmente.

## **13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**13.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;



d) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

#### 14. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 6.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### 15. ESTIMATIVA DE VALOR

15.1. A estimativa de valor para a presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se a média dos valores praticados no mercado, registros de atas vigentes e contratações similares realizadas por outros entes públicos, compatíveis com o objeto ora licitado.

15.2. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 9.570.698,79 (nove milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)**, correspondente ao somatório dos itens constantes na planilha de composição de preços, anexa a este Termo de Referência.

15.3. Ressalta-se que, por se tratar de contratação sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), o valor estimado não representa compromisso de contratação integral pela Administração, mas serve apenas como parâmetro máximo para os registros, conforme previsão do §4º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A contratação será formalizada de forma parcelada, conforme demanda, e condicionada à emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pela Administração.

#### 16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**ÓRGÃO: 12 – SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER**

UO: 1201 – Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer

PROGRAMA: 0010 – Esporte Cidadão 2

AÇÃO: 2116 – Incentivo à Prática Esportiva

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 – Material de consumo

SUBELEMENTO: 33903014 – Material Educativo Esportivo

FONTE: 15000000 – Recursos Não Vinculados De Impostos

#### 17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. No cumprimento do objeto contratual, recomenda-se que a empresa contratada adote práticas sustentáveis, sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da qualidade dos materiais fornecidos, priorizando produtos



condicionados em embalagens com menor impacto ambiental, tais como aquelas fabricadas com materiais recicláveis, reciclados, biodegradáveis ou reutilizáveis.

**17.2.** Os veículos utilizados para transporte e entrega dos materiais deverão estar com a manutenção preventiva regular em dia, e recomenda-se que sejam abastecidos com combustíveis menos poluentes, como etanol, biodiesel ou gasolina aditivada com redutores de emissão, de modo a contribuir com a redução de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos.

**17.3.** Tais práticas são incentivadas como diretrizes de sustentabilidade ambiental, em conformidade com os princípios da eficiência, da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º, inciso XII, e do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser integradas às ações da Administração com foco na adoção de políticas públicas sustentáveis.

**17.4.** A adoção de práticas ambientalmente responsáveis poderá ser considerada, a critério da Administração, como fator de destaque positivo na avaliação de desempenho da contratada, com vistas a fomentar a sustentabilidade na cadeia de suprimentos e estimular a evolução contínua dos padrões de responsabilidade ambiental nos contratos administrativos.

## **18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

**18.2.** O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

**a)** Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;

**b)** Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;

**c)** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:

- o deixar de celebrar o contrato injustificadamente;
- o não entregar o objeto;
- o apresentar documentação falsa;
- o cometer fraude na execução;
- o comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**18.3.** As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**18.4.** A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

**18.5.** O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.

**18.6.** As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**19.1.** As informações constantes deste Termo de Referência, relativas à contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de materiais e acessórios esportivos diversos, não serão tratadas como sigilas.

**19.2.** As condições estabelecidas neste Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital de licitação, na Ata de Registro de Preços e, quando for o caso, nos instrumentos contratuais ou nas ordens de fornecimento, que regerão a execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e com as demais normas aplicáveis às contratações públicas.



**19.3.** A execução do fornecimento deverá observar os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem como os princípios da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Lauro de Freitas, 19 de março 2026.

---

Técnico Responsável: Leandro Fontes dos Santos  
Matrícula: 126772

**AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos artigos 7º e 40, **AUTORIZO** o Setor competente a dar prosseguimento à instrução do processo, adotando todas as providências administrativas necessárias à deflagração da fase interna no certame, com base nas informações, justificativas e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência.

A instrução deverá observar integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do julgamento objetivo, assegurando a estrita conformidade com o interesse público.

Lauro de Freitas/BA, 06 de fevereiro de 2026.

---

**José Mateus Reis Santos Bulhões**  
Secretário Municipal de Cultura, Lazer, Juventude e Esporte





**Anexo I – Termo de Referência**  
**ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

LOTE 01 - KIMONOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>KIMONO PARA JIU-JITSU ADULTO:</b> Kimono jiu-jitsu, composto de blusão confeccionado em tecido trançado tradicional (gramatura do blusão 480 g/m <sup>2</sup> ) com gola rígida com 6 (seis) costuras, feita internamente em E.V.A, e calça confeccionada em brim super reforçado, com tecido duplo da coxa até a barra (gramatura da calça 310 g/m <sup>2</sup> ), pré-lavado / pré-encolhido, com variação entre 1% e 3%, faixa branca. Inclusão da logomarca do órgão solicitante com impressão por processo de quadricromia – silkscreen ou transfer, estampado nas costas (tamanho da logomarca 15 x 15 cm) TAMANHO ADULTO (A1 À A5) – acompanha faixa cor Azul. <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>	CONJ.	400	R\$ 524,55	R\$ 209.820,00
02	<b>KIMONO PARA JIU-JITSU. INFANTIL:</b> Kimono jiu-jitsu, composto de blusão confeccionado em tecido trançado tradicional (Gramatura do blusão 480 g/m <sup>2</sup> ) com gola rígida com 6 (seis) costuras, feita internamente em E.V.A, e calça confeccionada em brim super reforçado, com tecido duplo da coxa até a barra (gramatura da calça 310 g/m <sup>2</sup> ), pré-lavado / pré-encolhido, com variação entre 1% e 3%, faixa branca. Inclusão da logomarca do órgão solicitante com impressão por processo de quadricromia – silkscreen ou transfer, estampado nas costas (tamanho da logomarca 15 x 15 cm) TAMANHO INFANTIL (M0 à JR) – acompanha faixa – cor Azul. <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>	CONJ.	400	R\$ 498,87	R\$ 199.548,00



03	<b>KIMONO PARA KARATE ADULTO:</b> Kimono karate, na cor branca, composto de jaqueta, calça e faixa branca confeccionada em tecido 100% algodão, com gramatura mínima 310 g/m <sup>2</sup> , corte europeu (mangas e calças mais longas, ideal para KATA). Jaqueta com viés de 18 mm na cor branca em todo acabamento. Calça com elástico de 35 mm e cordão, acabamento de barra com viés 18 mm branco. Fechamento com reforço para resistência e saqueira para abertura de pernas. Faixa confeccionada no mesmo tecido forrado e dublado, cor branca, pré-encolhido. Inclusão da logomarca do órgão solicitante com impressão por processo de quadricromia – silkscreen ou transfer, estampado nas costas (tamanho da logomarca 15 x 15 cm) TAMANHO INFANTIL (M0 à JR) – acompanha faixa. <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>	CONJ.	400	R\$ 370,96	R\$ 148.384,00
04	<b>KIMONO PARA KARATE INFANTIL:</b> Kimono karate, na cor branca, composto de jaqueta, calça e faixa branca confeccionada em tecido 100% algodão, com gramatura mínima 310 g/m <sup>2</sup> , corte europeu (mangas e calças mais longas, ideal para KATA). Jaqueta com viés de 18 mm na cor branca em todo acabamento. Calça com elástico de 35 mm e cordão, acabamento de barra com viés 18 mm branco. Fechamento com reforço para resistência e saqueira para abertura de pernas. Faixa confeccionada no mesmo tecido forrado e dublado, cor branca, pré-encolhido. Inclusão da logomarca do órgão solicitante com impressão por processo de quadricromia – silkscreen ou transfer, estampado nas costas (tamanho da logomarca 15 x 15 cm) TAMANHO INFANTIL (M0 à JR) – acompanha faixa. <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>	CONJ.	400	R\$ 363,46	R\$ 145.384,00
TOTAL LOTE 01 =====>					R\$ 703.136,00
LOTE 02 - VESTUARIO ESPORTIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	CAMISA COM MANGA:	UND.	1.000	R\$ 37,52	R\$ 37.520,00



	Camisa manga curta, confeccionada em malha de composição CO/PES/CV - 48% Algodão, 34% Poliéster e 18% Viscose, com gramatura de 160g/m <sup>2</sup> , em cor a definir, A gola deverá ser "V" única, confeccionada em máquina retilínea, em desenho canelado, com largura de 3cm (acabada), começando da ponta da gola para o decote, sendo: 0,5 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo Município solicitante; 0,5 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo órgão solicitante; 2,0 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo órgão solicitante. Golas e punhos Retilíneo de composição 44% Acrílico, 32% Poliéster e 24% Algodão, com gramatura de 470g/m <sup>2</sup> . <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>				
02	<b>CAMISA COM MANGA DRYFIT:</b> Camisa manga curta, confeccionada em malha de composição 91,5 poliéster + 8,5 elastano, com gramatura de 160g/m <sup>2</sup> , em cor a definir, A gola deverá ser "V" única, confeccionada em máquina retilínea, em desenho canelado, com largura de 3cm (acabada), começando da ponta da gola para o decote, sendo: 0,5 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo Município solicitante; 0,5 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo órgão solicitante; 2,0 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo órgão solicitante. Golas e punhos Retilíneo de composição 44% Acrílico, 32% Poliéster e 24% Algodão, com gramatura de 470g/m <sup>2</sup> . <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido</u></b>	UND.	2.000	R\$ 52,33	R\$ 104.660,00
03	<b>CAMISA SEM MANGA DRYFIT:</b> Camisa sem manga, confeccionada em malha de composição 91,5 poliéster + 8,5 elastano, com gramatura de 160g/m <sup>2</sup> , em cor a definir, A gola deverá ser "V" única, confeccionada em máquina retilínea, em desenho canelado, com largura de 3cm (acabada), começando da ponta da gola para o decote, sendo: 0,5 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo Município solicitante; 0,5 cm com fio tinto em	UND.	2.000	R\$ 32,06	R\$ 64.120,00



	cor a ser definida pelo órgão solicitante; 2,0 cm com fio tinto em cor a ser definida pelo órgão solicitante. Golas e punhos Retilíneo de composição 44% Acrílico, 32% Poliéster e 24% Algodão, com gramatura de 470g/m². <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>				
04	<b>COLETE ESPORTIVO ADULTO PARA FUTEBOL DE CAMPO:</b>  Confeccionado em composição 91,5 poliéster + 8,5 elastos, com gramatura de 160g/m², cada jogo contendo 14 (quatorze) coletes numerados frente e costas de 2 a 15, com gola redonda, frisos de viés com um centímetro largura no mesmo tecido na cor branca na gola e nas laterais, serigrafia tamanho 20x30 frente e costas em até 6 cores, cor azul, verde, laranja, branco. tamanhos diversos. <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido.</u></b>	CONJ.	500	R\$ 258,14	R\$ 129.070,00
05	<b>PADRÃO ADULTO PARA FUTEBOL:</b>  Conjunto de uniformes para futebol de campo nos tamanhos (P/M/G). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterà 18 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m², cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 02 camisas de mangas longas acolchoadas nos cotovelos para goleiros, 18 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, 02 calções acolchoados nas laterais com sungas elástico de 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido para goleiros e 20 pares de meião de futebol. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos lay- outs,	CONJ.	250	R\$ 1.061,69	R\$ 265.422,50



	a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18, sendo que nas camisas de mangas longas serão os números 1 e 12. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito, sendo que os calções acolchoados deverão ter os números 1 e 12. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da solicitação pelo departamento requisitante. <b><u>Apresentar laudos credenciados pelo inmetro.</u></b>				
06	<b>PADRÃO COMPLETO DE ARBITRO:</b> Conjunto de uniformes para árbitro de futebol de campo nos tamanhos (P/M/G). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterà 02 camisas de mangas curtas, gola redonda ou V em ribana, cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 02 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, e 2 pares de meião de futebol. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos lay- outs. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Os layouts dos	CONJ.	20	R\$ 223,32	R\$ 4.466,40



	uniformes serão definidos no ato da solicitação pelo departamento requisitante. <b><u>Apresentar laudos credenciados pelo inmetro.</u></b>				
07	<b>PADRAO INFANTIL PARA FUTEBOL:</b> Conjunto de uniformes para futebol de campo nos tamanhos (P/M/G/GG). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterà 18 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m <sup>2</sup> , cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 02 camisas de mangas longas acolchoadas nos cotovelos para goleiros, 18 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, 02 calções acolchoados nas laterais com sungas elástico de 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido para goleiros e 20 pares de meião de futebol. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos lay- outs, a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18, sendo que nas camisas de mangas longas serão os números 1 e 12. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito, sendo que os calções acolchoados deverão ter os números 1 e 12. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atoalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da	CONJ.	500	R\$ 2.113,13	R\$ 1.056.565,00





	solicitação pelo departamento requisitante. <b><u>Apresentar laudos credenciados pelo inmetro.</u></b>				
08	<b>UNIFORME ESPORTIVO PADRAO ADULTO FUTEBOL DE CAMPO:</b> Conjunto de uniformes para futebol de campo nos tamanhos (M/G/GG/EXG). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterà 18 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m², cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 02 camisas de mangas longas acolchoadas nos cotovelos para goleiros, 18 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, 02 calções acolchoados nas laterais com sungas elástico de 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido para goleiros e 20 pares de meião de futebol. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos lay- outs, a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18, sendo que nas camisas de mangas longas serão os números 1 e 12. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito, sendo que os calções acolchoados deverão ter os números 1 e 12. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atoalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da	CONJ.	500	R\$ 2.559,89	R\$ 1.279.945,00



	solicitação pelo departamento requisitante. Apresentar laudos abaixo credenciados pelo inmetro. Cores amarelo com preto, branco com azul, laranja com azul, preto com branco, laranja com preto, amarelo com azul. <b><u>Apresentar laudos técnicos dos tecidos.</u></b>				
09	<b>UNIFORME ESPORTIVO PADRAO INFANTIL FUTEBOL DE CAMPO:</b> Conjunto de uniformes para futebol de campo nos tamanhos (P/M/G/GG). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterà 18 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m <sup>2</sup> , cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 02 camisas de mangas longas acolchoadas nos cotovelos para goleiros, 18 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, 02 calções acolchoados nas laterais com sungas elástico de 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido para goleiros e 20 pares de meião de futebol. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos lay- outs, a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18, sendo que nas camisas de mangas longas serão os números 1 e 12. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito, sendo que os calções acolchoados deverão ter os números 1 e 12. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atoalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação	CONJ.	500	R\$ 2.108,13	R\$ 1.054.065,00



	confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da solicitação pelo departamento requisitante. Apresentar laudos abaixo credenciados pelo inmetro. LARANJA C/ AZUL, AMARELO C/ AZUL CLARO, AZUL C/ VERMELHO, PRETO C/ BRANCO, TAM P AO G. <b><u>Apresentar laudos técnicos do tecido</u></b>				
10	<b>CONJUNTO DE UNIFORMES PARA BASQUETE:</b> Tamanhos P ao GG completo, as camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterà 14 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m <sup>2</sup> , cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 14 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, e 14 pares de meias. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos layouts, a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da solicitação pelo	CONJ.	60	R\$ 1.666,10	R\$ 99.966,00



	departamento requisitante. <b><u>Apresentar laudos credenciados pelo inmetro.</u></b>				
11	<b>PADRAO PARA FUTSAL:</b> Conjunto de uniformes para Futsal nos tamanhos (P/M/G/GG). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterá 16 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m <sup>2</sup> , cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 02 camisas de mangas longas acolchoadas nos cotovelos para goleiros, 16 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, 02 calções acolchoados nas laterais com sungas elástico de 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido para goleiros e 18 pares de meião de futebol. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos lay- outs, a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18, sendo que nas camisas de mangas longas serão os números 1 e 12. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito, sendo que os calções acolchoados deverão ter os números 1 e 12. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da solicitação pelo departamento	CONJ.	140	R\$ 2.045,22	R\$ 286.330,00



	requisitante. <b><u>Apresentar laudos credenciados pelo inmetro.</u></b>				
12	<b>PADRAO PARA VOLLEY:</b> Conjunto de uniformes para Volley nos tamanhos (P/M/G/GG). As camisas e os calções deverão ser confeccionados em tecido dry produzido com 91,5% de fibra de poliéster e 8,5% de fibra de elastano com gramatura de 160 g/m2 (tolerância de +/- 5%), com tratamento hidrófilo. Cada jogo conterá 16 camisas de mangas curtas, golas e punhos retilíneo de composição 44% acrílico, 32% poliéster, 24% algodão, com gramatura de 470g/m², cor a definir, finalizada com 2 cm largura pronta, toda pespontada em máquina galoneira, 16 calções com sungas, elástico 40 mm rebatido com 3 costuras e cordão embutido, e 16 pares de meias. Todas as camisas e calções deverão conter impressão em sublimação total, diversos layouts, a frente e nas costas das camisas numeração de 01 a 18. Todos os calções deverão conter numeração do lado direito. Todos os pares de meias deverão ser produzidos com padrão profissional contendo 74% de fibras de poliéster, 24% poliamida e 2,75% elastano, com pé atoalhado para calçados dos números 39 ao 42, Todos os jogos deverão ser confeccionados em diversas variantes de cores. Cada jogo deverá ser fornecido dentro de uma bolsa de transporte e acomodação confeccionada em nylon 600 na cor preta com alças em vermelho medindo aproximadamente 80x50x20cm. Os layouts dos uniformes serão definidos no ato da solicitação pelo departamento requisitante. <b><u>Apresentar laudos credenciados pelo inmetro.</u></b>	CONJ.	100	R\$ 1.780,68	R\$ 178.068,00
13	<b>ABADÁ PARA CAPOEIRA:</b> Calça e camisa em helanca branca tam do P ao GG. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	CONJ.	600	R\$ 133,69	R\$ 80.214,00
14	<b>CALÇA TIPO BAILARINA:</b> Do tamanho P ao GG - fio 20, com altura de 1,18 a 166 m. cor azul, chancelada pela confederação	UND.	200	R\$ 151,78	R\$ 30.356,00



	federação ou associação da modalidade. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>				
15	<b>CALÇAS DE PUNHO PARA DANÇA:</b> Tam. P ao GG, confeccionada em malha 100% poliéster (helanquina light). <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	200	R\$ 78,07	R\$ 15.614,00
16	<b>SAIA EM SEDA PARA BALLET INFANTIL:</b> Tamanho PP ao GG - em tecido 100% algodão com elástico, cor azul. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	200	R\$ 90,67	R\$ 18.134,00
17	<b>MEIA CALÇA INFANTIL:</b> Do tamanho P ao GG - fio 40, com altura de 1,18 a 166 m. cor azul.	UND	200	R\$ 71,85	R\$ 14.370,00
18	<b>SAIA GINÁSTICA RÍTMICA:</b> Em poliéster, cor azul tam P ao GG, tecido principal: 18.0% elastano, 82.0% poliéster.	UND.	200	R\$ 119,51	R\$ 23.902,00
19	<b>MAIO FEMININO COSTA NADADOR TAM. P AO GG:</b> Proteção UV+ 50, confeccionado em poliamida com elastano lycra®, material: 90% poliéster, 10% elastano. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	200	R\$ 124,57	R\$ 24.914,00
20	<b>SUNGA SUNGAO LYCRA:</b> Tamanho do P ao EXG, cor azul marinho c/ logomarca tam P ao EXG. OBS: Composição do tecido: 85% poliamida 15% elastano - forro 100% poliamida. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	200	R\$ 60,19	R\$ 12.038,00
21	<b>TOUCA NATAÇÃO LYCRA:</b> Peso aproximado: 70 g - tamanho único. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	200	R\$ 52,04	R\$ 10.408,00
22	<b>SAPATILHA DE BALLET:</b> Cor branca tam 31 a 37 (infantil), 100 unidades por tamanho. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	200	R\$ 57,60	R\$ 11.520,00
23	<b>SAPATILHA JAZZ N 36 AO 42:</b> Botinha de jazz confeccionada em couro legítimo com intermeio de Neoprene, solado em E.V.A com alta durabilidade e antiderrapante. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	200	R\$ 167,12	R\$ 33.424,00
<b>TOTAL LOTE 02 =====&gt;</b>					<b>R\$ 4.835.092,70</b>
<b>LOTE 03 - CALÇADOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>





01	<b>CHUTEIRA DE CAMPO — ADULTO/INFANTIL (TAMANHOS 26 A 46):</b> Cabedal: Material sintético ou microfibra sintética de alta resistência, costuras reforçadas; fechamento em cadarço. solado: solado com travas fixas para gramado natural, em TPU ou borracha injetada, perfil de tração adequado para campo. entressola: camada de E.V.A para amortecimento leve; palmilha anatômica removível. peso: leve para categoria (até 300 g por unidade no tamanho 46) acabamento e cores diversas conforme necessidade.	PAR	600	R\$ 174,56	R\$ 104.736,00
02	<b>TÊNIS RUNNING:</b> Cabedal: tecido respirável tipo mesh (colmeia), 100% poliéster, com reforços estruturais termo aplicados; forro interno poliéster; Entressola: E.V.A expandido leve; Solado: Borracha ou E.V.A com borracha em áreas de tração; Palmilha: Anatômica em E.V.A; Aplicação de reforço no calcanhar para melhor estabilidade.	PAR	400	R\$ 211,28	R\$ 84.512,00
03	<b>CHUTEIRA FUTEBOL SOCIETY:</b> Tam 26 a 44, trava: trava fixa, cabedal: sintético com fechamento em cadarço. entressola: camada em E.V.A para amortecimento leve, peso do produto: 189g (o peso do produto varia de acordo com a numeração) garantia do fabricante: contra defeito de fabricação.	PAR	350	R\$ 174,63	R\$ 61.120,50
04	<b>TENIS DE BASQUETE ADULTO E INFANTIL:</b> Composição: Cabedal: Têxtil e sintético. entressola: E.V.A. Solado: borracha microg. Altura do cano: Cano baixo - tam 31 a 46. <b>Com logotipo impresso. conforme o layout.</b>	PAR	200	R\$ 440,44	R\$ 88.088,00
05	<b>TENIS FUTSAL:</b> Tam 36 ao 46 cabedal em forro sintético: 100%, palmilha em poliester: 90%, entressola: E.V.A 10% - sola em poliester. material: sintético, trava: sem trava, cabedal: sintético com fechamento em cadarço. solado: borracha antiderrapante para quadras indoor	PAR	100	R\$ 158,22	R\$ 15.822,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	peso do produto: 162g (o peso do produto varia de acordo com a numeração) garantia do fabricante: contra defeito de fabricação. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>				
06	<b>JOELHEIRA / VOLEI TAM P AO G:</b>  Comprimento: 24 cm composição do tecido: 80% poliéster, 20% elastano acolchoado: espuma. Tipo de tecido: tecido elástico, de compressão ajustável: Compressão adequada conforme tamanho selecionado. Espessura do par de joelheiras: 8 a 9 cm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	150	R\$ 63,80	R\$ 9.570,00
07	<b>JOELHEIRA P/ FUTSAL TAM P AO G:</b>  Composição tecido: 83% poliester e 17% elastodieno composição interna: 100% E.V.A. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	100	R\$ 75,17	R\$ 7.517,00
08	<b>JOELHEIRA, PARA PRÁTICA DE SKATE:</b>  40% poliester, 40% poliamida e 20% elastodieno, casco 100% polietileno, tamanho único. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	125	R\$ 156,82	R\$ 19.602,50
09	<b>CANELEIRA PARA FUTEBOL:</b>  PVC rígido s/ tornozeleira tam. Único dimensões: 20 x 15 x 2 cm; 350g. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	150	R\$ 28,24	R\$ 4.236,00
10	<b>LUVA P/ GOLEIRO FUTEBOL CAMPO:</b>  Material em Neoprene, preta, tam P ao G. Palma: 2.5mm látex sintético + 3mm espuma. Tamanhos: 8, 9, 10 e 11. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	PAR	40	R\$ 158,86	R\$ 6.354,40
TOTAL LOTE 03 =====>					R\$ 401.558,40
LOTE 04 - MESA DE TENIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>MESA PARA TÊNIS DE MESA:</b>	UND	50	R\$ 3.062,94	R\$ 153.147,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	MESA OFICIAL DE TÊNIS DE MESA: Acabamento em primer azul com secagem UV; Linhas demarcatórias branca de 20 mm nas bordas e 5 mm no centro; Pés de madeira maciça dobráveis com rodízios; Permite o uso como "Paredão" para treino solitário; Pés fixado nas laterais, proporcionando melhor estabilidade; Cor azul com 0,76 cm de altura, largura 1,52 cm, comprimento 2,74 cm e 69 kg.				
02	<b>MESA DE PEBOLIM:</b> Produzido em madeira de lei maciça, com acessórios, acabamento em verniz tingido e brilhante. saída da bolinha em tampa de gaveta. bonecos em plástico polipropileno. possui varões embutidos (não passantes proporcionando maior segurança aos jogadores, campo de jogo em alto brulho com espessura de 6mm. tamanho oficial (medidas: 1,37m x 0,78m, Alt: 0,90m. incluso 10 bolas.	UND	25	R\$ 2.279,42	R\$ 56.985,50
TOTAL LOTE 04 =====>					R\$ 210.132,50
LOTE 05 - JOGOS DE CARTAS E TABULEIRO					
QTD	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>BARALHO:</b>  Baralho composto por <b>108 cartas</b> , tamanho aproximado <b>5,6 cm x 8,6 cm</b> , fabricadas em 100% plástico (PVC ou similar), resistentes à água, com naipe grande para melhor visualização. <b>Com logotipo impresso conforme layout.</b>	UND.	100	R\$ 93,84	R\$ 9.384,00
02	<b>BARALHO PLASTIFICADO:</b>  104 cartas - baralho fabricado em <b>cartão couché 290 g</b> , plastificado, tamanho <b>bridge size 5,7 x 8,9 cm</b> . cada baralho contendo: 52 cartas; 2 curingas; 1 carta garantia, embalagem individual em caixinha. <b>Quantidade: 2 baralhos por unidade.</b>	UND.	100	R\$ 27,65	R\$ 2.765,00
03	<b>DAMA CAIXA COM 25 PEÇAS:</b>  Conjunto composto por <b>peças de plástico</b> para jogo de damas, acondicionado em caixa. dimensões aproximadas da caixa: <b>23</b>	UND.	100	R\$ 56,49	R\$ 5.649,00



	<b>x 23 x 23 cm. Com logotipo impresso conforme layout.</b>				
04	<b>JOGO DOMINO:</b>  Dominó oficial para uso recreativo e esportivo, contendo 28 peças confeccionadas em polietileno, cor branca com pinos pretos. dimensões aproximadas das peças: 25 mm de altura; 50 mm de comprimento; 10 mm de espessura produto com selo do inmetro.	UND.	275	R\$ 47,44	R\$ 13.046,00
05	<b>JOGO XADREZ:</b>  32 peças plástico, xadrez em plástico com 32 peças magnéticas 19x19. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 161,72	R\$ 16.172,00
06	<b>JOGOS DE PINOS:</b>  Confeccionado em MDF e madeira, base medindo 16 x 14 x 1,5 cm, 20 pinos de madeira coloridos, pintado com tinta atóxica nas cores vermelho, amarelo, azul e verde, com medidas variando de 3 a 6 cm. embalagem: película de PVC encolhível.	UND.	55	R\$ 64,65	R\$ 3.555,75
07	<b>XADREZ ESTOJO COM 32 PEÇAS EM MADEIRA N:</b>  Peças e estojo em madeira, tabuleiro em madeira, com tinta atóxica medindo 32 x32 e casa de 4 cm e rei de 8,5cm. acompanham peças em madeira para o jogo de xadrez e damas. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 83,55	R\$ 8.355,00
08	<b>TABULEIRO AGLOMERADO P/ DOMINO E DAMA:</b>  Jogo tabuleiro de mesa para dominó com forro 66cm. tamanho: 66cm x 66cm. material: madeira MDF. Com logotipo impresso conforme o layout.	UND.	100	R\$ 153,05	R\$ 15.305,00
<b>TOTAL LOTE 05 =====&gt;</b>					<b>R\$ 74.231,75</b>
<b>LOTE 06 - RAQUETES</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

01	<b>RAQUETE ALUMINIO P/ TENIS INFANTIL 25:</b> Material: alumínio; Peso: entre 230 g e 260 g; Comprimento total: Aproximadamente 63,5 cm (25"); Padrão de encordoamento: 16x19; Grip tamanho infantil; acompanha cordão/over grip original; adequada para iniciação esportiva.	UND.	25	R\$ 463,35	R\$ 11.583,75
02	<b>RAQUETE P/ FRESCOBOL MADEIRA:</b> Forma da cabeça, arredondada, largura: 18.5 cm.	PAR	25	R\$ 73,33	R\$ 1.833,25
03	<b>RAQUETE P/ TENIS DO TAM 0 AO L5 68CM:</b> Material: Alumínio; Peso: entre 240 g e 270 g; Comprimento total: Aproximadamente 66 cm (26"); Padrão de encordoamento: 16x19; Grip L0 e L1; Indicada para atletas juvenis em iniciação esportiva.	PAR	25	R\$ 830,66	R\$ 20.766,50
04	<b>RAQUETE P/ TENIS DO TAM 0 AO L5 66CM:</b> RAQUETE DE TÊNIS INFANTIL – 23 A 25 POLEGADAS. Material: Alumínio; Peso: Entre 210 g e 25 g; Comprimento Total: Entre 58 cm e 63 cm; Padrão de encordoamento: 16x18 ou 16x19; Grip infantil; para prática recreativa e iniciação.	PAR	25	R\$ 830,66	R\$ 20.766,50
05	<b>RAQUETE P/ TENIS MESA:</b> Composição: 5 lâminas de madeira; borracha: dupla face 2,0 mm; nível de desempenho: velocidade média, spin moderado e alto controle; indicada para treinamento recreativo e escolar.	PAR	50	R\$ 173,08	R\$ 8.654,00
06	<b>RAQUETES P/ TENIS DO TAM 0 AO L5, 58CM:</b> RAQUETE DE TÊNIS INFANTIL – 23 POLEGADAS. MATERIAL: Alumínio; Peso: Entre 200 g e 230g; Comprimento total: Aproximadamente 58 cm (23"); Encordoamento 16 x18; Grip Infantil.	PAR	35	R\$ 813,99	R\$ 28.489,65
TOTAL LOTE 06 =====>					R\$ 92.093,65
LOTE 07 - ATLETISMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>DISCO DE ATLETISMO DE BORRACHA 0,6 KG:</b> Disco de lançamento para provas de atletismo. Fabricado em borracha super-resistente com centro colorido. Projetado para	UND.	10	R\$ 119,70	R\$ 1.197,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	treinamentos. diâmetro externo: 160mm.				
02	<b>DISCO PARA ATLETISMO DE AÇO COM 0,75 KG:</b> Material: Núcleo de aço com aro externo em ABS; Peso: 0,75 Kg; Acabamento Texturizado para melhor aderência.	UND.	10	R\$ 208,68	R\$ 2.086,80
03	<b>DISCO PARA ATLETISMO DE AÇO COM 1 KG:</b> Prato com material áspero para maior grip na mão do atleta. Fabricado em aço/ABS. Diâmetro externo do aro de metal entre 180mm e 182mm. diâmetro da placa de metal entre 50mm e 57mm. Espessura das placas de metal entre 37mm e 39mm. Espessura do aro de metal entre 12mm e 13mm.	UND	10	R\$ 181,62	R\$ 1.816,20
04	<b>BLOCO DE PARTIDA PARA ATLETISMO EM AÇO E PVC:</b> Aço de alta resistência, pedais ajustáveis, ângulos e distância personalizáveis para conforto e adaptação de diferentes atletas.	UND.	15	R\$ 512,65	R\$ 7.689,75
TOTAL LOTE 07 =====>					R\$ 12.789,75
LOTE 08 - GINÁSTICA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>ARCO GINASTICA RITMICA OFICIAL:</b> PVC de 72cm a 92cm.	UND.	100	R\$ 126,54	R\$ 12.654,00
02	<b>ESTILETE EM FIBRA DE VIDRO PARA GINASTICA RÍTMICA – ADULTO:</b> Estilete para ginástica rítmica medindo 60cm de comprimento, produzido em fibra de vidro com girador biarticulado e sistema de pistão escamoteável. possui a ponta do cabo envolto em manopla de PVC antiderrapante para melhor controle do aparelho.	UND.	50	R\$ 46,98	R\$ 2.349,00
03	<b>ESTILETE EM FIBRA DE VIDRO PARA GINASTICA RÍTMICA – INFANTIL:</b> Estilete para ginástica rítmica medindo 50cm de comprimento, produzido em fibra de vidro com girador biarticulado e sistema de pistão escamoteável. possui a ponta do cabo envolto em manopla de PVC antiderrapante.	UND.	50	R\$ 62,64	R\$ 3.132,00
04	<b>TAPETE DE GINASTICA RITIMICA:</b> Material. E.V.A de alta densidade; Placas de 1,00 m x 1,00 m; Espessura:	UND.	30	R\$ 1.609,22	R\$ 48.276,60





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	10 mm a 20 mm; Superfície antiderrapante.				
05	<b>CORDA PARA GINÁSTICA RÍTMICA:</b> Juvenil confeccionada em seda e nylon. Diâmetro: 8 a 10 mm; Rolo: 100m; sem manoplas.	UND.	50	R\$ 97,22	R\$ 4.861,00
06	<b>FITA PARA GINÁSTICA RÍTMICA, ADULTO:</b> Confeccionada em cetim de cores variadas (branco, preto, vermelho, amarelo, azul, lilás, pink, laranja, verde e prata) com 05 cm de largura e 06 m, pesando 0,10 gramas, com acabamento nas extremidades.	UND.	50	R\$ 64,11	R\$ 3.205,50
07	<b>FITA PARA GINÁSTICA RÍTMICA, INFANTIL:</b> Confeccionada em cetim de cores variadas (branco, preto, vermelho, amarelo, azul, lilás, pink, laranja, verde e prata) com 05 cm de largura e 04 m, pesando 0,10 gramas, com acabamento nas extremidades.	UND.	50	R\$ 83,88	R\$ 4.194,00
08	<b>FITA PARA GINÁSTICA RÍTMICA, JUVENIL:</b> Confeccionada em cetim de cores variadas (branco, preto, vermelho, amarelo, azul, lilás, pink, laranja, verde e prata) com 05 cm de largura e 05 m, com acabamento nas extremidades.	UND.	50	R\$ 61,01	R\$ 3.050,50
09	<b>MAÇAS PARA GINÁSTICA RÍTMICA INFANTIL:</b> Confeccionada em PVC, com comprimento entre 40 cm e 45; pesando entre 135g e 150g gramas; Corpo e cabeça com 03 cm de diâmetro, circunferência de 9,5 cm. cores variadas (branco, preto, amarelo, azul, lilás, pink, laranja, verde e prata.	UND.	50	R\$ 104,50	R\$ 5.225,00
TOTAL LOTE 08 =====>					R\$ 86.947,60
LOTE 09 - NATAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>BANDEIROLAS PARA PISCINA:</b> Material: E.V.A, tamanho: 22 cm largura, 27 cm de altura e 0,2 cm de espessura.	UND.	50	R\$ 43,41	R\$ 2.170,50
02	<b>BAMBOLÊS PARA RECREAÇÃO SUBMERSA EM PISCINA:</b> Material PVC, dimensão 65cm.	UND.	50	R\$ 42,18	R\$ 2.109,00
03	<b>ESPAGUETE FLUTUADOR:</b> Material: em polietileno expandido, tamanho: 1,60x6cm.	UND.	100	R\$ 12,68	R\$ 1.268,00
04	<b>HALTERES HIDROGINASTICA:</b>	PAR	100	R\$ 98,85	R\$ 9.885,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	Material: E.V.A, DIMENSÕES 34x9x8.				
05	<b>KIT PINO AFUNDA:</b> Material: PVC, colorido, dimensão 20 cm de altura por 1/2' de espessura.	KIT	55	R\$ 108,33	R\$ 5.958,15
06	<b>JOGO DE ARGOLAS DE AFUNDAR COLORIDO:</b> Dimensão: 18cm de diâmetro; Material: PVC.	UND.	50	R\$ 143,77	R\$ 7.188,50
07	<b>PULLBUOY:</b> Tamanho único, material: E.V.A. Formato anatômico.	UND.	120	R\$ 49,36	R\$ 5.923,20
TOTAL LOTE 09 =====>					R\$ 34.502,35
LOTE 10 - DIVERSOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>CONES CHAPEU CHINES PRATO DEMARCATORIO FUNCIONAL:</b> Material: borracha; Altura: 6 cm; Diâmetro: 19 cm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	300	R\$ 6,62	R\$ 1.986,00
02	<b>CONES PARA TREINAMENTO FUNCIONAL:</b> Material: borracha grande Alt. 40 cm cores diversos. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	300	R\$ 23,96	R\$ 7.188,00
03	<b>DARDO DE BAMBÚ ESPECIAL PISTA E CAMPO:</b> Comprimento 204 cm, peso: 500g.	UND.	05	R\$ 197,69	R\$ 988,45
04	<b>DARDO DE PLÁSTICO</b> 300 gramas, comprimento 70 cm.	UND.	20	R\$ 167,10	R\$ 3.342,00
05	<b>DARDO DE ALUMÍNIO COM PONTEIRA DE BORRACHA:</b> Material: Alumínio; Comprimento: Aproximadamente 2,00 m; Ponteira: Borracha: Empunhadura texturizada.	UND.	15	R\$ 710,88	R\$ 10.663,20
06	<b>PARAQUEDAS DE CORRIDA:</b> Fabricado em nylon, redes de fixação, ponto de ancoragem, para treino funcional, pode ser usado para qualquer idade, alta estabilidade e equilíbrio, peso 330g.	UND.	10	R\$ 155,44	R\$ 1.554,40
07	<b>KIT SLACKLINE COMPLETO:</b> Fita wave alackline 10 metros x 50 mm, catraca com cinta de 2 metros e olhal com costura reforçada, par de protetores de árvore.	KIT	10	R\$ 284,51	R\$ 2.845,10
08	<b>APITO PROFISSIONAL METAL, COM CORDÃO:</b> Material: Cromado; inclui cordão.	UND.	50	R\$ 38,80	R\$ 1.940,00
09	<b>CABO DE AÇO PLASTIFICADO PARA REDE DE VOLEIBOL:</b> Medindo 13m, diâmetro de 3/32 polegadas, suportando carga de ruptura de 340KGF.	UND.	30	R\$ 100,67	R\$ 3.020,10
10	<b>CARTÃO ARBITRO PLÁSTICO:</b>	KIT	20	R\$ 21,01	R\$ 420,20



	Amarelo + vermelho + azul, tamanho único, em PVC.				
11	<b>ROLO DE EQUILÍBRIO:</b> De PVC rígido com revestimento: E.V.A; Comprimento: 37cm; Largura/diâmetro: 11cm; Suporta: 150kg.	UND.	55	R\$ 301,67	R\$ 16.591,85
12	<b>TATAME:</b> Material emborrachado, cor azul, nas dimensões - 100x100x20cm. Encaixe tipo "quebra-cabeça".	UND.	200	R\$ 102,00	R\$ 20.400,00
13	<b>TATAME:</b> Material emborrachado, cor amarelo, nas dimensões - 100x100x20cm. Encaixe tipo "quebra-cabeça".	UND.	200	R\$ 102,00	R\$ 20.400,00
14	<b>PLACAR MANUAL:</b> Marcação de 7 sets até 31 pontos. Numeração: 1 a 31 pontos. - Sets: 1 ao 7. material: PVC (estrutura) e papelão (plaquinhas). dimensões: aberto- altura: 21 cm largura: 20 cm comprimento: 38 cm fechado- altura: 21 cm largura: 4 cm comprimento: 38 cm placa maior- altura: 13,5 cm comprimento: 10,5 cm placa menor- altura: 5,8 cm comprimento: 5 cm.	UND.	10	R\$ 206,33	R\$ 2.063,30
15	<b>PLACA DE ESPELHO:</b> Medindo: 1,80 x 2,00 com de 6mm.	UND.	50	R\$ 1.120,41	R\$ 56.020,50
16	<b>PLACAR POLIESPORTIVO EM LED:</b> Placar poliesportivo material: PVC; Tipo: manual, características adicionais: plaquetas em PVC, de mesa placar eletrônico digital em painel de led SMD, com dimensões aproximadas de 5,0 x 1,5 metros, próprio para instalação em estádios abertos.	UND.	01	R\$ 4.079,78	R\$ 4.079,78
17	<b>CINTO PARA TRAÇÃO INDIVIDUAL INTENSIDADE SUAVE:</b> Base de nylon, acabamento em material sintético nas extremidades, reforçado com meia argola e um quadro de aço super-resistente, fechamento e ajuste por velcro, com dois elásticos de 80cm.	UND.	50	R\$ 148,71	R\$ 7.435,50
18	<b>COLCHONETES:</b> Em E.V.A com 100cm x 50 cm x 4 cm de espessura.	UND.	3000	R\$ 67,57	R\$ 202.710,00
19	<b>CRONOMETRO DIGITAL:</b> Medidas: 5cm x 2 cm. Composição: plástico e nylon, resistente a água.	UND.	30	R\$ 65,91	R\$ 1.977,30
20	<b>BARRA DE BALLET MOVEL:</b>	UND.	30	R\$ 840,37	R\$ 25.211,10



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	Especificações: Material: Aço Inox 304. Acabamento: Polido Alto Brilho; Diâmetro Barra: 1"1/2 (38,10MM). Diâmetro Base: 40x40; Comprimento Barra: 1,00 Metro. Altura: 1,00 Metro. Comprimento Base: 50 cm.				
21	<b>BARREIRIRNHA DE PVC PARA TREINAMENTO:</b> Com altura ajustável, (35x 45x 54); PVC rígido 3/4", três níveis de altura (35/45/54 cm), conectores PP reforçados.	UND.	100	R\$ 111,76	R\$ 111.176,00
22	<b>TRAVE P/ FUTEBOL INFANTIL (GOLZINHO):</b> Material: Tubo de aço carbono 2"; Pintura: Epóxi na cor branca; Rede: Nylon / Sedan (polipropileno) com malha de: 5 cm; Profundidade: 0,50 cm; Largura: 0,90 cm; Altura: 0,60 cm; Peso: 5,500 kg.	PAR	50	R\$ 433,46	R\$ 21.673,00
23	<b>PAR DE TRILHOS, COM BARRA DE ROLAMENTOS:</b> Trilho metálico em aço carbono pintado, regulagem em 12 níveis, barra com rolamentos blindados, fixação em parede ou suporte, capacidade mínima de 80 kg.	PAR	10	R\$ 108,62	R\$ 1.086,20
<b>TOTAL LOTE 10 =====&gt;</b>					<b>R\$ 424.771,98</b>
<b>LOTE 11 – TABELA HIDRÁULICA</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>TABELA BASQUETE HIDRÁULICA:</b> Tabela hidráulica móvel para basquete, com recuo mínimo de 3,20 m, estrutura em aço carbono SAE 1010/1020, com tubos estruturais, pintura eletrostática, sistema hidráulico para elevação, tabela temperada 180 x 105 cm, aro oficial 18", sistema de rodízios, proteção em espuma, motor elétrico (monofásico ou trifásico).	UND.	02	R\$ 55.799,83	R\$ 111.599,66
<b>TOTAL LOTE 11 =====&gt;</b>					<b>R\$ 111.599,66</b>
<b>LOTE 12 - SKATE</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>ROLAMENTOS PARA SKATE:</b>	UND.	50	R\$ 46,72	R\$ 2.336,00



	Rolamentos modelo: <b>608zz</b> , fabricados em aço carbono, com blindagem metálica dupla (zz), medidas padrão: <b>8 mm (diâmetro interno), 22 mm (diâmetro externo) e 7 mm (largura)</b> . precisão mínima <b>ABEC 5</b> , lubrificação de fábrica e acabamento anticorrosivo. embalados em conjunto.				
<b>02</b>	<b>SKATE DE ALTA RESISTENCIA:</b> SKATE COMPLETO PROFISSIONAL, COMPOSTO POR: <b>Shape:</b> madeira maple ou marfim, largura entre 7,5" e 8,0", 7 camadas prensadas; <b>Truck:</b> alumínio reforçado, eixo entre 129 mm e 139 mm, com buchas PU; <b>Rodas:</b> poliuretano (PU), diâmetro entre 52 mm e 54 mm, dureza 99A a 101A; Rolamentos: padrão ABEC 7 ou superior; <b>Lixa:</b> antiderrapante profissional (9" x 33"); <b>Montagem completa:</b> com parafusos em aço. Dimensões aproximadas do conjunto: <b>79 cm x 19-20 cm. Com logotipo conforme layout.</b>	<b>UND.</b>	<b>50</b>	R\$ 369,44	R\$ 18.472,00
<b>03</b>	<b>SKATE SEMI PROFISSIONAL:</b> <b>Shape:</b> Madeira marfim ou maple, 7 camadas, largura aproximada 7,5"; <b>Rodas:</b> PU alta resistência, diâmetro 50 a 52 mm, dureza 95a a 101a; <b>Rolamentos:</b> padrão ABEC 5; <b>Truck:</b> alumínio reforçado; <b>Lixa:</b> antiderrapante; Capacidade mínima de carga: 90 kg. <b>Com logotipo conforme layout.</b>	<b>UND.</b>	<b>200</b>	R\$ 220,92	R\$ 44.184,00
<b>04</b>	<b>PROTETOR ANTEBRAÇO C/ COTOVELEIRA TAM DO P AO G:</b> Material: 80% poliéster, 20% elastodieno, com <b>espuma interna de 9mm</b> de absorção de impacto. P: 22 a 26 cm; M: 26 a 30 cm; G: 30 a 34 cm.	<b>PAR</b>	<b>200</b>	R\$ 121,52	R\$ 24.304,00
<b>05</b>	<b>CAPACETE DE SKATE:</b> 50% poliéster, 50% borracha, E.V.A. casco; 100% poliestireno, tamanhos: cor: azul. PP = 53CM - 54CM; P = 55cm - 56cm; M = 57cm - 58cm; G = 59cm - 60cm; GG = 61cm - 62cm.	<b>UND.</b>	<b>200</b>	R\$ 136,63	R\$ 27.326,00
<b>06</b>	<b>COTOVELEIRA, PARA PRÁTICA DE SKATE:</b> 40% poliéster, 40% poliamida e 20% elastodieno, casco 100% polietileno, tamanho único. Com logotipo impresso conforme o layout.	<b>PAR</b>	<b>200</b>	R\$ 82,32	R\$ 16.464,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

07	<b>LIXA PARA SKATE:</b>  Lixa emborrachada visível classic preto - grip superior para skatistas, tamanho: 9"x33" (22,86 x 83,82 cm)	UND.	100	R\$ 44,28	R\$ 4.428,00
TOTAL LOTE 12 =====>					R\$ 137.514,00
LOTE 13 - MATERIAL E ACESSÓRIOS PARA BOX					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>LUVA DE MMA:</b>  Luva de MMA em couro sintético PU, com fechamento em velcro, enchimento em espuma E.V.A ou borracha prensada, tamanhos P/M/G, costuras reforçadas.	PAR	30	R\$ 148,01	R\$ 4.440,30
02	<b>LUVAS DE CONTATO PARA BOXE:</b>  De 10 a 16 oncas, revestimento: PU (poliuretano, couro sintético) de 0,8mm; com revestimento interno: tecido antibactericida; enchimento: espuma de borracha prensada de alta resistência; costura: linha de poliéster de 30qd; velcro: largura de 8cm e alta resistência.	PAR	100	R\$ 162,77	R\$ 16.277,00
03	<b>LUVAS PARA BATER EM SACO:</b>  Revestimento: PU (poliuretano, couro sintético) de 0,8mm com flexibilidade. <b>revestimento</b> interno: tecido antibactericida enchimento: espuma de borracha prensada de alta resistência. costura e velcro: linha de poliéster 3g0d velcro: largura de 5 cm de alta resistência. peso aproximado: 395g.	PAR	100	R\$ 114,18	R\$ 11.418,00
04	<b>PARES DE MANOPLAS APARADOR DE SOCO PARA BOXE:</b>  Material do enchimento: material de alta absorção de impacto costuras: costuras duplas reforçada sestampa: estampas em silkscreen. Tamanhos: Comprimento: 23cm largura: 19 cm espessura: 5 cm. Espuma: densidade AG 10 ou superior.	PAR	55	R\$ 131,09	R\$ 7.209,95





05	<b>PROTETOR BUCAL SILICONE UNIVERSAL:</b>  Protetor bucal moldável em E.V.A, tamanho adulto ou infantil, anatômico, moldagem térmica, com estojo.	UND.	50	R\$ 20,48	R\$ 1.024,00
06	<b>PROTETOR CABEÇA INFANTIL P/ BOXE:</b>  Material de couro PU, 50 a 58 cm; Tamanho: 50 a 58 cm; material: couro de poliuretano; Tamanho: aprox. 50 a 58 cm/19,69,83 polegadas.	UND.	55	R\$ 161,58	R\$ 8.886,90
07	<b>PROTETOR DE CABEÇA ADULTO P/ BOXE:</b>  Material: Couro PU; Tamanho: aprox. adequado para circunferência da cabeça: 58 a 66 cm/22,83 a 25,98 polegadas adequado para circunferência da cabeça: 50 a 58 cm/19,69 a 22,83 polegadas.	UND.	40	R\$ 200,88	R\$ 8.035,00
08	<b>SACO P/ BOXE CHEIO Nº 90 350cm X 90CM C/ SUPORTE:</b>  Fabricado em PU de alta resistência. Saco com 04 pontas de apoio. Duas meias argolas soldadas e costuradas às alças do saco. Dimensões: 90 cm de altura x 90 cm de circunferência 30 diâmetros. Costuras reforçadas. Fita de sustentação reforçada nas pontas.	UND.	50	R\$ 189,64	R\$ 9.482,00
09	<b>PROTETOR CABEÇA P/ TAEKWONDO TAM DO P AO G:</b>  Material: esponja de espuma NBR, revestimento de poliuretano branco. Tabela de tamanhos: P: menos de 52 cm/20,47 cm; M: 54 cm/20,47 pol. - 21,26 pol.; G: 54 cm-56 cm/21,26 cm - 22,05 pol.; XL: mais de 56 cm/22,05 polegadas.	UND.	55	R\$ 220,87	R\$ 12.147,85
10	<b>PROTETOR DE SEIOS EM POLIPROPILENO REVESTIDO COM VINIL. TAM M E G:</b>  Feito em lycra elástica.	UND.	55	R\$ 206,12	R\$ 11.336,60



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11	<b>PROTETOR DE TORAX P/ TAEKWOODO APLICAÇÃO ARTES MARCIAIS TAMANHOS:</b>  PP: adequado para altura de cerca de 125-140 cm/49,21-55,12 polegadas; P: adequado para altura de cerca de 141-155 cm/55,51-61,02 polegadas; M: adequado para altura de cerca de 156-170 cm/61,42-66,93 polegadas; g: adequado para altura de cerca de 171-185 cm/67,32-72,83 polegadas; GG: adequado para altura de cerca de 186-205 cm/73,23-80,71 polegadas.	UND.	55	R\$ 262,58	R\$ 14.441,90
12	<b>PROTETOR DE TORAX:</b>  Revestimento externo em couro sintético de alta resistência, costuras em poliéster, cor preto, dimensões aproximadas 55x56x23cm.	UND.	55	R\$ 238,18	R\$ 13.099,90
13	<b>PUNCHING-BALL:</b> Fabricado em couro sintético, nas dimensões 28cm comprimento x 17cm diâmetro. enchimento: câmara de borracha, costura em linha de poliéster.	UND.	25	R\$ 146,17	R\$ 3.654,25
<b>TOTAL LOTE 13 =====&gt;</b>					<b>R\$ 121.453,85</b>
<b>LOTE 14 - WIND BANNER</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>WIND BANNER DE 3M:</b>  Bandeira com 2.5m x 0,50 com impressão 4x4 em dupla face, base em cruz e boia de areia. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 241,33	R\$ 24.133,00
02	<b>WIND BANNER DE 5M:</b>  Bandeira com 4.00m x 0,77 com impressão 4x4 em dupla face, com impressões conforme layout e base em cruz e boia de areia. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 274,67	R\$ 27.467,00
<b>TOTAL LOTE 14 =====&gt;</b>					<b>R\$ 51.600,00</b>
<b>LOTE 15 - BOLAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>BOLA BASQUETEBOL MIRIM:</b>	UND.	100	R\$ 436,82	R\$ 43.682,00



	Bola de basquete mirim. bola de basquete oficial mirim PRO. 5.7 bola novo basquete brasil de basketball (NBB) tamanho oficial mirim. Matrizada. Confeccionada em borracha. tamanho: 49-52 cm de diâmetro, peso:250-280 g câmara: câmara 6d. miolo: capsula SIS system removível e lubrificado. origem nacional.				
02	<b>BOLA BASQUETEBOL OFICIAL:</b>  Bola para prática de basquete, confeccionado em laminado de PU, construção vulcanizada, câmara airbility, miolo removível, sistema de forro multiaxial, 8 gomos, peso entre 585 - 630g, medindo entre. circunferência 75-77cm em microfibra.	UND.	100	R\$ 296,27	R\$ 29.627,00
03	<b>BOLA DE TENIS DE QUADRA:</b>  Em lã natural em nylon, peso 56-59,4 gr, diâmetro 6,54 – 7,30.	UND.	100	R\$ 40,08	R\$ 4.008,00
04	<b>BOLA DE FUTEBOL, INFANTIL Nº 3:</b>  Peso 350 a 380 gr, circ. 61cm a 64cm, confeccionada em PVC, com câmara e miolo removível, com logotipo, impresso, conforme layout.	UND.	100	R\$ 131,61	R\$ 13.161,00
05	<b>BOLA DE FUTEBOL, JUVENIL Nº4:</b>  Peso 410g a 450g, circ. 68cm a 70cm. Confeccionada em PVC, com câmara, miolo removível. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>	UND.	100	R\$ 122,60	R\$ 12.260,00
06	<b>BOLA DE FUTVOLEI:</b>  32 painéis; tamanho 5 – oficial; Composição: Material sintético de alta densidade; Circunferência: 68-70 cm; Peso: 410-450 g; laminada com tecnologia diferenciada para melhor deslize; Calibragem: 3-4 PSI.	UND.	150	R\$ 251,32	R\$ 37.698,00
07	<b>BOLA DE HANDEBOL:</b>  Bola para prática de handebol, confeccionado em laminado de PU pró, construção costurada à mão, câmara interna airbility, miolo removível, sistema de forro triaxial,	UND.	100	R\$ 255,31	R\$ 25.531,00



	32 gomos, peso entre 325 - 375 g, medindo entre 54 – 56 cm, com selo da CBHB, ano corrente. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>				
08	<b>BOLA DE VÔLEI DE PRAIA OFICIAL:</b>  Aprovada pela FIVB (federação internacional de voleibol). painéis: 10, tamanho: 5 - oficial composição: material sintético com nylon reciclado, circunferência: 66-68 cm; Peso: 260-280g, costura de alta precisão, calibragem: 2.49 - 4.62 psi. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>	UND.	50	R\$ 437,22	R\$ 21.861,00
09	<b>BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL:</b>  Bola oficial para prática de voleibol, confeccionado em laminado microfibra, câmara 6d, miolo cápsula SIS, camada interna neogel com dupla colagem, sistema de forro termofixo, peso entre 260 - 280g, medindo entre 65 – 67cm de circunferência, com 18 gomos.com selo da ivs- tested by FIVB. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>	UND.	50	R\$ 360,31	R\$ 18.015,50
10	<b>BOLA FRESCOBOL BORRACHA:</b>  Com diâmetro 6cm, e peso 60gr.	UND.	50	R\$ 18,78	R\$ 939,00
11	<b>BOLA FUTEBOL - BEACH SOCCER-OFICIAL:</b>  Poliuretano; Areia - peso 410-445 gr, circunferência 68-70 cm, gomos 14, laminato PU pro construção termotec, câmara 6d, forro termofixos, camada interna neo gel, miolo capsula cis, processo extra dupla colagem. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>	UND.	100	R\$ 269,02	R\$ 26.902,00
12	<b>BOLA FUTEBOL CAMPO OFICIAL MICROFIBRA:</b>  Bola de futebol categoria adulto, produzida com a tecnologia, tecnologia de sistema de gomos termo fundidos, 0% de absorção de água, com dupla camada de	UND.	400	R\$ 182,89	R\$ 73.156,00



	laminação, tendo espessura mínima de 4,2 mm, sendo a camada externa em PU (poliuretano) e a camada intermediária em microfibra). Na união dos gomos deve ser aplicada cola para impedir à penetração de água e consequentemente alteração do peso e contaminação da colagem dos gomos à câmara envolvida com fios sintéticos. A bola terá 32 gomos. Câmara com butil e válvula com miolo de borracha siliconada removível e lubrificado. Peso 410 a 440 gramas e circunferência de 68 a 70 cm. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>				
13	<b>BOLA FUTEBOL SALAO INFANTIL OFICIAL:</b>  Bola oficial de futsal, tamanho mirim (infantil), com 14 gomos, confeccionada em PU. Tamanho: 50 - 55cm confeccionada em PU. Tamanho: 50 - 55 cm de diâmetro. peso: 300 - 350 g. Com logotipo, impresso, conforme layout.	UND.	200	R\$ 186,85	R\$ 37.370,00
14	<b>BOLA FUTEBOL SALAO OFICIAL:</b>  Bola oficial de futebol Futsal, com 32 gomos termo soldados, forro multifilamento, costurada a mão, confeccionada em PU Pró com camada interna em neogel, diâmetro 61-63cm, peso 410 a 440g, câmara de Butyl, miolo removível e lubrificado. Microfibra, costurada a mão, cor pérola, vermelha e preta. A empresa vencedora deverá apresentar laudo técnico, com emissão não superior a 2 anos, do laminado em Poliuretano (PU), demonstrando o flexionamento contínuo e indicando também a resistência a fricção. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout</b>	UND.	200	R\$ 130,99	R\$ 26.198,00
15	<b>BOLA FUTSAL GUIZO XXI:</b>  Características: peso: 510 - 540 gr, circunferência: 62 – 64 cm, gomos: 32 gomos, construção: poliuretano (PU), câmara: airbility, miolo: lubrificado e substituível, sistema de forro: triaxial, com guizo (chocalho),	UND.	100	R\$ 284,51	R\$ 28.451,00



	tecnologia híbrida duotec: costurada à mão e colada. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>				
16	<b>BOLA HANDEBOL FEMININO:</b>  Bola para prática de handebol, confeccionado em laminado de PU pró, construção costurada à mão, câmara interna airbility, miolo removível, sistema de forro triaxial, 32 gomos, peso entre 325 - 375 g, medindo entre 54 – 56 cm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 223,15	R\$ 22.315,00
17	<b>BOLA HANDEBOL MASCULINO OFICIAL:</b>  Bola para prática de handebol, confeccionado em laminado de PU pró, construção costurada à mão, câmara interna airbility, miolo removível, sistema de forro triaxial, 32 gomos, peso entre 325 - 375 g, medindo entre 54 – 56 cm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 251,44	R\$ 25.144,00
18	<b>BOLA MEDICINEBALL DE 10KG:</b>  Acabamento superficial antiderrapante, com costura reforçada, borracha natural, com largura de 22,00cm, altura de 22,00cm, profundidade 22,00cm. <b>Com logotipo, impresso, conforme layout.</b>	UND.	50	R\$ 119,18	R\$ 5.959,00
19	<b>BOLA MEDICINEBALL DE 4KG:</b>  Acabamento superficial antiderrapante com costura reforçada, borracha natural, com largura de 22,00cm, altura de 22,00cm, profundidade 22,00cm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	50	R\$ 307,70	R\$ 15.385,00
20	<b>BOLA MEDICINEBALL DE 6KG:</b>  Acabamento superficial antiderrapante com costura reforçada, borracha natural, com largura de 22,00cm, altura de 22,00cm, profundidade 22,00cm.	UND.	50	R\$ 326,49	R\$ 16.324,50





	<b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>				
21	<b>BOLA MEDICINEBALL DE 8KG:</b> Acabamento superficial antiderrapante com costura reforçada, borracha natural, com largura de 22,00cm, altura de 22,00cm, profundidade 22,00cm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	50	R\$ 424,41	R\$ 21.200,50
22	<b>BOLA PARA TENIS DE MESA:</b> Peso 2,74gr, diâmetro 40mm.	UND.	50	R\$ 10,72	R\$ 536,00
23	<b>BOLA PARA GINÁSTICA RÍTMICA ADULTO:</b> Confeccionada em borracha de cores variadas, com 18 cm a 20 cm de diâmetro, circunferência de 57 cm a 62 cm, pesando entre 400 e 450 gramas, com pino sobressalente.	UND.	50	R\$ 117,07	R\$ 5.853,50
24	<b>BOLA PARA GINÁSTICA RÍTMICA INFANTIL:</b> Confeccionada em borracha de cores variadas, com 16 cm a 18 cm de diâmetro, circunferência de 51 cm a 57 cm, pesando entre 300 e 350 gramas, com pino sobressalente.	UND.	50	R\$ 100,02	R\$ 5.001,00
25	<b>BOMBA DE AR MANUAL PARA ENCHER BOLAS COM VULVULA E PITO:</b> Double action, com agulha e mangueira removível.	UND.	50	R\$ 65,72	R\$ 3.286,00
26	<b>BOLA SUIÇA:</b> Com 65 cm; em PVC, estilo: moderno, unissex.	UND.	50	R\$ 113,13	R\$ 5.656,50
<b>TOTAL LOTE 15 =====&gt;</b>					<b>R\$ 525.540,50</b>
<b>LOTE 16 - REDES</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>REDE DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL PARA TRAVE:</b> Fio de nylon (3mm - trançado) com 67% polietileno e 33% polipropileno 5mm.	PAR	50	R\$522,58	R\$ 26.129,00
02	<b>REDE DE FUTSAL-NYLON:</b>	PAR	45	R\$ 319,44	R\$ 14.374,80



	Fio de seda (4 mm - trancado) com 67% polietileno e 33% polipropileno.				
<b>03</b>	<b>REDE DE FUTSAL SEDA:</b>  Fio de seda (4 mm – trancado) com 67% polietileno e 33% polipropileno.	<b>PAR</b>	<b>25</b>	R\$ 447,78	R\$ 11.194,50
<b>04</b>	<b>REDE ESPORTIVA BASQUETE NYLON FIO 2,0 MM OFICIAL:</b>  Rede de basquete oficial cordão (par). confeccionada no fio 8 de seda (polipropileno) 100% virgem de alta densidade com tratamento UV. modelo reforçado. Cor branca natural.	<b>PAR</b>	<b>25</b>	R\$ 34,05	R\$ 851,25
<b>05</b>	<b>REDE ESPORTIVA TENIS MESA (KIT):</b>  Material: nylon e ferro, dimensões aproximadas do produto - cm (axl xp) 6x69" (aproximadamente 15x175 cm), suporte tipo "jacaré"; composição/ material: nylon, cor: azul.	<b>KIT</b>	<b>50</b>	R\$ 138,96	R\$ 6.948,00
<b>06</b>	<b>REDE ESPORTIVA TENIS QUADRA OFICIAL:</b>  Confeccionada com fio 2,00 mm de nylon de alta resistência malha 5,0 cm, c/ faixa de lona emborrachada de 5,5 cm de largura na borda superior e reforço p/ saque duplo na área central. Cor: rede na cor azul e faixa na cor branca. Tamanho: (LXA) 12,80x1,05 m.	<b>UND.</b>	<b>20</b>	R\$ 800,91	R\$ 16.018,20
<b>07</b>	<b>REDE ESPORTIVA VOLEI PRAIA OFICIAL E FITA DE MARCAÇÕES:</b>  Rede de vôlei oficial profissional para competição; possui 4 faixas (lonas); costura dupla reforçada; dimensões aproximadas: 1,00 x 10,00 m; rede confeccionada com fio 4 e malha 10, material em 100% polietileno (nylon) virgem de alta densidade; fio com tratamento ultravioleta (UV); malha de 10 x 10 cm (espaço entre nós - 'gomos'); com fio guia dentro das faixas para passar cabo de aço; rede confeccionada de acordo com as regras da confederação brasileira de voleibol (CBV).	<b>UND.</b>	<b>60</b>	R\$ 656,13	R\$ 39.367,80



	<b>Especificações fita de marcação para vôlei de praia:</b> Tamanho da quadra: 8x16m; Material: polipropileno (CBR); Contém: 6 fitas e 6 fixadores de ferro galvanizado; Cor: azul, laranja, preto.				
08	<b>REDE ESPORTIVA VOLEI TAMANHO OFICIAL:</b>  Rede de vôlei oficial profissional para competição; possui 4 faixas (lonas); costura dupla reforçada; dimensões aproximadas: 1,00 x 10,00 m; rede confeccionada com fio 4 e malha 10, material em 100% polietileno (nylon) virgem de alta densidade; fio com tratamento ultravioleta (UV); malha de 10 x 10 cm (espaço entre nós - 'gomos'); com fio guia dentro das faixas para passar cabo de aço; rede confeccionada de acordo com as regras da confederação brasileira de voleibol (CBV). <b>Com logotipo na faixa, impresso, conforme layout.</b>	UND.	65	R\$ 485,61	R\$ 31.564,65
09	<b>REDE P/ FUTEBOL 7 OFICIAL:</b>  Fio: 4mm de malha: 10cm -material: polipropileno de alta tenacidade com tratamento anti-UV.	PAR	20	R\$ 499,78	R\$ 9.995,60
10	<b>MARCAÇÃO OFICIAL PARA FUTEVOLEI:</b>  Em corda de nylon, nas medidas 18x9mt, com 8mm. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	30	R\$ 249,20	R\$ 7.476,00
11	<b>SACO DE REDE- NYLON PARA BOLAS:</b>  Espessura do fio: 2mm; Malhas: 10 x 10cm. Capacidade: múltiplas bolas.	UND.	50	R\$ 29,77	R\$ 1.488,50
<b>TOTAL LOTE 16 =====&gt;</b>					<b>R\$ 165.408,30</b>
<b>LOTE 17 - PREMIAÇÕES ESPORTIVAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND. MED.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT. (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>MEDALHA DE METAL HONRA MERITO:</b>  Redonda 5cm de diâmetro com logotipo do programa de esportes e marca da Prefeitura fundida e fita de gurgurão personalizada. Ouro: 15 mil; Prata: 15 mil; Bronze: 15 mil; Diâmetro da medalha: 5cm; Material: metal fita largura: 20mm; Com alto e baixo relevos;	UND.	45.000	R\$ 10,55	R\$ 474.750,00



	espessura: 2,4mm.				
02	<b>MEDALHA DE METAL HONRA MERITO:</b>  Redonda 7cm de diâmetro com logotipo do programa de esportes e marca da Prefeitura fundida e fita de gurgurão personalizada. Ouro: 10 mil; Prata: 10 mil; Bronze: 30 mil; Diâmetro da medalha: 7cm; Material: metal; Fita largura: 20mm; com alto e baixo relevos; espessura: 2,4mm.	UND.	50.000	R\$ 13,33	R\$ 666.500,00
03	<b>TROFEU CHUTEIRA METALIZADO DOURADO:</b>  Troféu com 20 cm de altura, com base quadrada com 7,5cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Acompanha plaqueta em latão para gravação. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 57,25	R\$ 5.725,00
04	<b>TROFEU GOLEIRO METALIZADO DOURADO:</b>  Troféu com 20 cm de altura, com base oval com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 49,91	R\$ 4.991,00
05	<b>TROFEU TAÇA METALIZADO DOURADO:</b> Comprimento 30 cm, altura 12cm, largura 12 cm, peso 279g, material do copo plástico em <b>ABS espesso</b> , 30 cm. forma da base, as descrever. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 67,64	R\$ 6.764,00
06	<b>TROFEU TAÇA METALIZADO DOURADO:</b> Altura: 40cm comprimento: 16 cm largura: 16 cm peso: 450g troféu em (latão), com pintura metalizada	UND.	100	R\$ 146,58	R\$ 14.658,00



	dourada base em plástico. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>				
07	<b>TROFEU TAÇA METALIZADO DOURADO:</b> Altura: 55cm comprimento: 16 cm largura: 31 cm peso: 1,9 kg troféu em polímero metalizado, base em plástico. Com logotipo impresso conforme o layout.	UND.	100	R\$ 206,94	R\$ 20.694,00
08	<b>TROFEU TAÇA METALIZADO DOURADO:</b> 84cm de altura, base preta de madeira, com estágios de 4 colunas douradas, entre as colunas estatueta intercambiável, águia nos cantos das bases, acima taça dourada com 20 cm de largura a partir das alças, confeccionado em plástico injetado poliestireno. <b>Com logotipo impresso conforme o layout.</b>	UND.	100	R\$ 327,22	R\$ 32.722,00
TOTAL LOTE 17 =====>					R\$ 1.226.804,00
LOTE 18 - MOCHILAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>MOCHILA SACOLA FORRADA:</b> Tamanho: altura 42.5 cm, largura 29.5 cm; Material: poliéster; Tecido: liso; Fecho: zíper; Cor: azul. <b>Com logotipo impresso conforme layout.</b>	UND.	500	R\$ 74,15	R\$ 37.075,00
02	<b>MOCHILA PARA UNIFORME:</b> Bolsa fardamento grande, nylon 600, zíper confeccionada com resistência nas medidas 90x60. <b>Com logotipo impresso conforme layout.</b>	UND.	200	R\$ 115,75	R\$ 23.150,00
03	<b>MOCHILA CASUAL UNISEX:</b> Mochila casual unissex, em poliéster, tecido liso, com fechamento em zíper, na cor azul. medidas aproximadas entre 40 e 45 cm (altura) e 28 a 32 cm (largura). <b>Com logotipo conforme layout.</b>	UND.	500	R\$ 119,31	R\$ 59.655,00
TOTAL LOTE 18 =====>					R\$ 119.880,00
LOTE 19 – MATERIAL E ACESSÓRIOS PARA SURF					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>PRANCHA DE SURF:</b> Prancha de surf tipo Soft board 6'0, fabricada em bloco EPS de alta densidade com revestimento em PE (polietileno), sistema tri-fin padrão FCS ou similar. litragem aproximada entre 38 e 45 litros. medidas aproximadas de largura entre 51 e 54 cm e espessura entre 6 e 7 cm. peso variável conforme fabricante.	UND.	100	R\$ 2.000,33	R\$ 200.033,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

02	<b>ELÁSTIC (SLASH) PARA SURF:</b> Leash para surf com comprimento entre 6'0" e 7'0" e espessura entre 6mm e 7mm, com giradores duplos, tornozeleira em Neoprene anatômica, velcro de alta aderência, corda em poliuretano e acabamento reforçado. indicado para ondas até 1,5m.	UND.	60	R\$ 221,33	R\$ 13.279,80
03	<b>NADADEIRAS DE SILICONE:</b> Do tamanho do 37 ao 46, sapata em borracha termoplástica, com a pala confeccionada em E.V.A.	PAR	50	R\$ 264,12	R\$ 13.206,00
04	<b>PARAFINA ESPECÍFICA PARA PRANCHA DE SURF:</b> Parafina para prancha de surf, em barras de 70g a 90g, adequada para águas quentes (tropical / warm water), cor neutra e embalagem individual.	UND.	50	R\$ 59,13	R\$ 2.956,50
05	<b>ANTI DERRAPANTE DA PRANCHA:</b> Autocolante - com cola adesiva de alta qualidade.	UND.	50	R\$ 123,33	R\$ 6.166,50
TOTAL LOTE 19 =====>					R\$ 235.641,80
VALOR TOTAL DOS LOTES					R\$ 9.570.698,79





**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**  
**ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO V**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

<b>DADOS DA LICITAÇÃO</b>		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

<b>DADOS DA EMPRESA</b>		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

<b>DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

<b>LOTE XXX</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				
<b>TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>				

**OBSERVAÇÕES:**

**1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.**



**ANEXO VI**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**VALIDADE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Aos dias \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do  
ano de \_\_\_\_\_, na  
\_\_\_\_ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do  
\_\_\_\_ [órgão da Administração Direta], ou \_\_\_\_ a(o) [entidade da Administração Direta], nos termos  
das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto  
Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de  
Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto  
Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS  
Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ realizado por meio do processo administrativo nº 12204/2025, homologado em \_\_\_\_\_  
e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os  
preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas  
enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E  
ACESSÓRIOS ESPORTIVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA ESPORTE CIDADÃO 2 DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, JUVENTUDE E ESPORTE DESTE MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS.**

<b>DADOS DA EMPRESA</b>				
<b>RAZÃO SOCIAL</b>				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE		FAX	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº	
<b>LOTE/ITEM XXX</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				
<b>TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>				

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação na Imprensa Oficial, nos termos do §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa da vantajosidade para a Administração e desde que devidamente formalizada.

**2.2.** Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos registrados para os itens licitados poderão ser renovados, restabelecendo-se o saldo total inicial, desde que acordado entre as partes, justificado o interesse público e mantidas as condições vantajosas.

**2.3.** A renovação de quantitativos não poderá exceder os limites originais da Ata, não sendo permitida a contratação em quantia superior à registrada inicialmente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterà, sucintamente:

a) o número da Ata;



- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;

#### **CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

##### **4.1. Recebimento:**

**4.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**4.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**4.1.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**4.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**4.1.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**4.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

##### **4.2. Liquidação**

**4.2.1.** Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**4.2.3.** O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

**4.2.4.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:

- a) Prazo de validade;
- b) Data de emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período de execução do contrato correspondente;
- e) Valor a ser pago;
- f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

**4.2.5.** Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.

**4.2.6.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.7.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.

**4.2.8.** Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.



**4.2.9.** Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.

**4.2.10.** Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

**4.2.11.** Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

#### **4.2. Prazo de pagamento**

**4.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

#### **4.3. Forma de pagamento**

**4.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**4.3.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**4.3.4.** Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.

**4.3.4.** No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.

**4.3.5.** A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

### **CLÁUSULA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**5.1** A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

**5.2.** O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

a) Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;

b) Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:

- o deixar de celebrar o contrato injustificadamente;
- o não entregar o objeto;
- o apresentar documentação falsa;
- o cometer fraude na execução;
- o comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**5.3.** As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.** A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

**5.5.** O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.

**5.6.** As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**





6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLÁUSULA SETIMA – FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VII**  
**MINUTA DO CONTRATO**

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do \_\_\_\_\_ [órgão da Administração Direta], como CONTRATANTE, e a \_\_\_\_\_, como CONTRATADA, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA ESPORTE CIDADÃO 2 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, JUVENTUDE E ESPORTE DESTE MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos – S/N – Centro – Lauro de Freitas – BA, neste ato representado pelo **Secretário(a) Municipal de Cultura, lazer, juventude e esporte, Sr(a).** \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu representante legal \_\_\_\_\_, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado por meio do processo administrativo nº \_\_\_\_\_, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA ESPORTE CIDADÃO 2 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, JUVENTUDE E ESPORTE DESTE MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_).

**Parágrafo Único** – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **12204/2025**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais).

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

**4.4. Recebimento:**

- 4.4.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 4.4.2. O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.
- 4.4.3. Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.
- 4.4.4. O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.
- 4.4.5. O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.
- 4.4.6. Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.
- 4.4.7. O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.
- 4.4.8. O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.

**4.5. Liquidação**

4.5.1. Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.5.2. O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

4.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:

- a) Prazo de validade;
- b) Data de emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período de execução do contrato correspondente;
- e) Valor a ser pago;
- f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

4.5.4. Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.

4.5.6. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.

4.5.8. Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**4.5.9.** Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.

**4.5.10.** Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

**4.5.11.** Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

**4.6. Prazo de pagamento**

**4.6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**4.7. Forma de pagamento**

**4.7.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**4.7.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

**4.7.3.** Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.

**4.7.4.** No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.

**4.7.5.** A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

5.1 Os preços/descontos registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

5.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO**

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

**CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO**

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_).

**CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

8.1. A gestão da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos administrativos dela decorrentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de de Cultura, Lazer, Juventude e Esporte – SECULJE.

8.2.2. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) como fiscal(is), mediante Portaria específica, podendo ser assistidos por equipe de apoio e, quando necessário, por profissionais ou empresas contratadas para prestar assessoria técnica.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.2.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas contratuais, este Termo de Referência, o edital de licitação e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3.4 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, desde o início da vigência até o encerramento contratual, sendo exigido o registro formal de todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema eletrônico, com vistas à correta supervisão da entrega dos materiais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

**8.3.5.** A empresa contratada deverá manter preposto, devidamente identificado e aceito pela Administração, com poderes para representá-la junto à fiscalização e para responder de imediato às solicitações relativas à execução do contrato.

**8.3.6.** Todos os materiais entregues com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desconformidade com as especificações, independentemente de terem sido detectados na entrega ou posteriormente.

**8.3.7.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir, reconstruir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que não atenda às condições pactuadas.

**8.3.8.** A contratada será integralmente responsável pelos danos que causar à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, mesmo que sob fiscalização da Administração.

**8.3.9.** A inadimplência da contratada com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade por seu adimplemento, tampouco poderá acarretar ônus adicional à execução do contrato, nos termos do § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.10** A fiscalização será exercida por 1 (um) ou mais servidores ou empregados públicos designados formalmente por meio de Portaria, podendo ser auxiliados por equipe de apoio e, quando necessário, por terceiros contratados com conhecimento técnico específico.

**8.3.11.** O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão):

- Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do objeto;
- Verificar a conformidade dos materiais entregues em relação aos quantitativos, especificações técnicas e condições estabelecidas;
- Registrar formalmente as ocorrências que afetem o cumprimento das obrigações contratuais;
- Emitir pareceres e relatórios, sempre que necessário, para subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente;
- Requisitar correções, substituições ou adequações, conforme previsto contratualmente.
- 

**8.3.12.** Caso sejam detectadas irregularidades ou situações que extrapolem a competência do fiscal, estas deverão ser imediatamente comunicadas à autoridade superior, com as devidas recomendações.

**2.3.13.** Os atos de fiscalização deverão ser documentados e armazenados em meio físico ou eletrônico, garantindo-se a rastreabilidade dos registros e a conformidade com os princípios da administração pública.

**8.3.14.** A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme pactuado.

8.3.15. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.3.16. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.17. O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.18. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.3.19. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.3.20 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.3.21 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.3.22. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.3.23. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3.24. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.3.25. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

8.3.26. Serão exigidas as certidões conforme art. 68 da lei 14133 de 2021.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

9.2 A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021;

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A contratada se obriga a cumprir, de forma integral, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e em sua proposta apresentada na licitação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e pelas despesas decorrentes da execução do objeto, bem como pelas obrigações a seguir:

s) Executar a entrega dos materiais de forma eficiente, tempestiva e em conformidade com as especificações, prazos, locais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora;

t) Entregar os materiais rigorosamente conforme as especificações técnicas exigidas, em perfeitas condições de uso, acompanhados da respectiva nota fiscal contendo, obrigatoriamente, as informações de marca, modelo e demais elementos de identificação exigidos;

u) Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas ou inconformidades dos materiais fornecidos, inclusive pelos danos decorrentes, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

v) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, quaisquer materiais entregues com defeitos, vícios ou em desacordo com as especificações, independentemente do momento em que forem detectadas as inconformidades;

w) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as justificativas devidamente fundamentadas para eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, ficando a critério da Administração a análise e eventual acolhimento da solicitação;

x) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços ou eventual contrato decorrente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;

y) Indicar preposto devidamente habilitado para representá-la junto à Administração, com poderes para praticar todos os atos necessários à fiel execução do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

z) Cumprir todas as obrigações assumidas com base na melhor técnica aplicável ao fornecimento de materiais elétricos, observando rigorosamente a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT e demais regulamentos pertinentes ao objeto;

aa) Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive com insumos, materiais, transporte, carga, descarga, logística, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como com eventuais custos decorrentes de responsabilidade civil ou penal por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1. A Contratante se obriga a:





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- o)** Receber os materiais fornecidos pela contratada, conforme prazos, locais e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório;
- p)** Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, edital e proposta, promovendo a conferência quantitativa e qualitativa para fins de aceitação e consequente recebimento definitivo;
- q)** Informar formalmente à contratada, dentro do prazo legal e contratual, sobre quaisquer vícios, defeitos, irregularidades ou inconformidades constatadas nos materiais entregues, solicitando, conforme o caso, a substituição, reparo ou correção, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável;
- r)** Proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados por portaria específica, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, promovendo os registros e relatórios pertinentes;
- s)** Efetuar o pagamento à contratada, nos prazos e condições estabelecidos no edital e seus anexos, após o recebimento definitivo dos bens, desde que atendidas todas as exigências legais, fiscais e contratuais, inclusive a regularidade junto ao sistema de habilitação;
- t)** Isentar-se de responsabilidade por quaisquer obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial ou civil assumidas pela contratada, inclusive em relação a terceiros eventualmente contratados ou vinculados à execução do objeto;

11.2. Reservar-se o direito de suspender, interromper ou paralisar a execução da contratação, a qualquer tempo, sempre que constatada irregularidade, vício, descumprimento contratual ou necessidade administrativa superveniente devidamente motivada, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 12.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.
- 12.1.2. O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.
- 12.1.3. Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.
- 12.1.4. O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.
- 12.1.5. O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.
- 12.1.6. Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.
- 12.1.7. O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.
- 12.1.8. O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13. Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**ÓRGÃO: 12 – SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER**

UO: 1201 – Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer

PROGRAMA: 0010 – Esporte Cidadão 2

AÇÃO: 2116 – Incentivo à Prática Esportiva

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 – Material de consumo

SUBELEMENTO: 33903014 – Material Educativo Esportivo

FONTE: 15000000 – Recursos Não Vinculados De Impostos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

14.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

15.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

16.2. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

a) Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;

b) Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:

- deixar de celebrar o contrato injustificadamente;
- não entregar o objeto;
- apresentar documentação falsa;
- cometer fraude na execução;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

16.3. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

16.5. O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

16.6. As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

**Parágrafo Único** – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo** – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO**

19.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

21.1 O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)